



## ATA DA 203ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 15/08/2018, sob a presidência do Senhor Chefe do Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Rodrigo Ravena, realizou-se a 203ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte pauta:

### PAUTA

#### Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 202ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do senhor **Raul Aleixo Fernandes** e da senhora **Patrícia Marra Sepe** como Conselheiros **Titular** e **Suplente**, respectivamente, representantes da Secretaria Municipal e Urbanismo e Licenciamento - SMUL.
3. Informes
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

#### Ordem do dia:

1. Apresentação "Metodologia de Sustentabilidade Urbana – GEF – Banco Mundial", apresentada pela conselheira Renate Nogueira, representante da Macro Região Sul 2 (Tempo de apresentação 20 min).
2. Apresentação "Observa SAMPA", pela coordenadora do Observa SAMPA, senhora Marília Araújo Roggero - SMUL/GEOINFO e pelo senhor Otávio Prado - SMUL/GEOINFO (Tempo de apresentação 20 min).
3. Apresentação "Indicadores Ambientais da Cidade de São Paulo – Panorama" pela Conselheira Vivian Prado Fernandes, representante do DEPLAN (Tempo de apresentação 20 min).
4. Discussão e Votação do Parecer Técnico nº. 07/CADES/2018, da Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem, e Transporte, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental da Nova Ligação Viária Pirituba-Lapa, apresentado pelo Conselheiro



Delson Lapa, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte - SMT.  
(Tempo de apresentação 30 min).

5. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

### **Anexos:**

- Transcrição da 202ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - São 9h25, acho que regimentalmente já passamos até dos quinze minutos regulamentares de atraso habitual. Iniciamos a 203ª reunião plenária ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo, hoje é 15 de agosto de 2018, quarta-feira, 9h25, aqui no Edifício Martinelli. Passo a palavra para o Devair para dar prosseguimento à nossa pauta.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Bom dia a todos e a todas. Iniciada a reunião, passamos para o primeiro ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 202ª reunião plenária ordinária do CADES. Alguma observação, correção, manifestação? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 202ª reunião plenária ordinária do CADES permaneçam como estão. A Ata da 202ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Segundo ponto do expediente: posse do Senhor Raul Aleixo Fernandes e da Senhora Patrícia Marra Sepe, como Conselheiros titulares e suplentes, respectivamente representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL. As posses estão acolhidas e considerem-se empossados. Sejam muito bem-vindos. Uma salva de palmas para os nossos novos Conselheiros. Se quiserem fazer uso da palavra, por gentileza. Terceiro ponto do expediente. O Senhor Jabs ainda não chegou, então nós vamos passar para o próximo ponto. Sim, vamos esperar aguardar a chegada do Senhor Jabs para a apresentação desse terceiro ponto do expediente. Quarto ponto do expediente: Inclusão de pauta para essa reunião.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Bom dia a todos. Ângelo, da SAL, representando Leste 3. Na realidade, eu inclusive vou deixar uma cópia de ofício aí para o Rodrigo, senão para o Coordenador da mesa... Eu vou ler para não entrar em muito detalhes. "São Paulo, 15 de



agosto. Prezado Secretário. Eu, como vice-presidente da Sociedade Ambientalista Leste, a SAL, e Conselheiro Titular do CADES pelo Núcleo Descentralizado Leste 3, venho respeitosamente solicitar à Vossa Senhoria as seguintes informações: 1) a desativação dos núcleos de gestão descentralizada - DGDs - criado pela Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que foi um grande avanço na política ambiental da cidade e que aproximou a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, principalmente das regiões mais longínquas de São Paulo, que mesmo que deficitária de equipamento, vem prestando relevante serviço, principalmente na área da biodiversidade, educação ambiental, evitando que municípios se desloque para o Paraíso ou senão Ibirapuera/UMAPAZ. Segundo ponto: a retirada de poderes dos Conselheiros dos Parques Municipais. Recebemos diversas demandas de Conselheiros de parque e estamos trazendo para a casa. Assinado Ângelo Iervolino, vice-presidente da SAL. Ilustríssimo Senhor Eduardo de Castro". Só uma consideração que eu acabei esquecendo: se realmente houver essa desativação dos DGDs, talvez possa implicar também aqui no CADES, porque nós temos dez representantes de DGD titulares, mais os seus suplentes. E não sei como ficaria, como esses dez representantes iriam representar. Obrigado. Eu vou deixar uma cópia com a mesa, depois vou protocolar na Secretaria.

**Rodrigo Ravana (Chefe do Gabinete)** - Ângelo, em deferência especial aqui, a questão da reestruturação da Secretaria vai ser apresentado para o CADES, mas só para tranquilizar todo mundo: a reestruturação não muda a lei, o Decreto não muda a lei; a partir daí vocês podem ficar tranquilos e a gente vai trazer para o CADES, assim que a Secretaria de Gestão liberar o Decreto, que reformata fiscalização, licenciamento, biodiversidade, parques, o que seja. Vai ficar bem claro qual é o intuito e a questão dos Conselhos de parque, acho que o Prefeito já respondeu ontem em entrevista dada para várias rádios qual é o intuito, e os Conselheiros não perderam poder nenhum. Eles continuam com todo o poder que está no artigo 10. Mas na hora que a gente tiver o Decreto formatado e pronto para publicar, o CADES será a primeira apresentação pública do que se pretende para a Secretaria a partir de setembro será aqui e daqui para outros lugares para a gente explicar exatamente o que é para não restar muita dúvida quanto ao que se está tentando fazer. Na verdade, está tentando organizar o funcionamento da Secretaria.



**Cons. Ângelo Iervolino** - Ravena, se você me permitir... Novamente Ângelo da SAL, eu quero comunicar a todos os parceiros, hoje vai ser minha última participação. Eu estou com problema de saúde tanto parte ortopédica, outros problemas, e estou indicando uma engenheira ambiental que inclusive trabalhou na Secretaria até há pouco tempo lá no Núcleo 3. Ela era a Coordenadora da Biodiversidade lá no Leste 3: a Samanta. Eu já estou preparando a carta para mandar para a Rute. Ela vai me substituir. Se ela for bem, fica até o fim do mandato... Se não, eu melhorando, eu volto. Foi um prazer conviver mais de doze anos nesta casa, antes mesmo de ter os dez representantes do Núcleo eu já fazia parte deste Conselho. Me coloco à disposição no meu dia a dia o que vocês necessitarem. Obrigado.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Rodrigo Ravena. Ângelo... Muito obrigado. Você é uma figura importante para a gente e eu queria pedir uma salvar de palmas (*palmas*) Já que tem que incluir agora, porque não estava na pauta, a Secretaria propõe e traz ao CADES a criação de uma Comissão Especial para análise e discussão do passivo ambiental colocado em processos administrativos na Secretaria. Vou tentar explicar. O Secretário, no começo de novembro, criou uma Comissão Especial interna para apuração e levantamento das multas ambientais paradas na Secretaria ou paradas em execução fiscal, partindo do seguinte princípio: ou a gente recebe ou a gente recupera o dano. Só que a gente entende que a recuperação do dano é o ponto principal. O dinheiro é ponto secundário; até porque algumas multas têm valores que não vão ser pagos nunca. Então, numa conversa dentro desse espírito de reformatação dos serviços da Secretaria e do estabelecimento de produtos específicos para a Secretaria - identificáveis, lineares, transparentes -, a gente pensou conjuntamente com a PGM e com a Secretaria de Justiça em introduzir na Secretaria o mesmo método que funciona na PGM de conciliação. Tentar a conciliação, até porque é o que o Judiciário recomenda, o que a OAB recomenda, o que está no Código Processo Civil. O que está encaminhando a nova estruturação da sociedade é passar primeiro por uma fase de tentativa de conciliação e apaziguamento do conflito. A gente já fez essa conversa com a PGM, isso está encaminhado para a gente começar a usar os Núcleos Técnicos de conciliação e mediação da PGM, mas antes de qualquer coisa, a gente tem que fazer a discussão interna, porque não basta pegar um processo, levar para uma discussão sem qualquer fundamentação e sem qualquer revisão que não seja somente interna da Secretaria. E, aí, a proposta é que a gente crie uma Comissão Especial para analisar o



que a Comissão Interna já fez. O levantamento que a Comissão Interna já fez nos dois mil, três mil, quatro mil processos que estão lá. Em alguns dos processos cabe revisão, em alguns dos processos cabe reabertura de instância e em alguns dos processos não cabe nada. Então, trazer para um grupo especial do CADES, para que vocês ajudem a gente a olhar para isso que a gente está fazendo e para depois encaminhar para uma consideração mediada pela PGM, para ver se a gente consegue diminuir o passivo ambiental. Na verdade, o objetivo não é arrecadatório. A gente não está pensando na arrecadação em princípio, a gente está pensando em diminuir o passivo. E tem um segundo ponto importante: a gente tem também muita discussão dentro do próprio Poder Público de compensações ambientais ou de desfazimento de dano ambiental que ficam paradas anos e anos na Secretaria e eu acho que trazer para o CADES e trazer para uma instância de Comissão Especial facilita o debate e dá força para o parecer técnico, seja ele qual for. Os pareceres que virão para esta Comissão ou as manifestações que virão para a Comissão Especial serão manifestações que não necessariamente serão favoráveis, só que a gente gostaria de trazer para o CADES esse debate também, porque por enquanto isso é uma Comissão Especial com prazo determinado para acabar. Ela não é permanente; mas o desenvolvimento do trabalho dessa Comissão Especial pode levar a gente a entender que isso deva ser um procedimento permanente do CADES. A gente vai ter outro debate mais para frente que talvez encaminhe a inclusão desta Comissão mais para frente como Comissão Permanente. Então, a proposta é que a gente crie uma Comissão Especial para esta análise, num prazo determinado aí de quatro, cinco meses, no máximo - até o final do ano - para a gente fazer uma análise detalhada para a gente, a partir de janeiro, já ter condições de formalizar acordos nas Comissões de Conciliação da PGM, para que a partir do ano que vem a gente consiga recuperar o dano ambiental que está em aberto. Então, essa é a proposta. Eu vou colocar em votação para ver se está aprovada a criação da Comissão Especial. Quem estiver de acordo permaneça como está. Está aprovada por unanimidade. A gente abre a inscrição... Inicialmente, o que a gente pensou é o seguinte: como são muitos processos, a gente criar uma comissão que vai analisar inicialmente os que já têm condição de vir para a análise, que já têm parecer, já têm manifestação. Teoricamente são os mais simples. Eu ia propor essa Comissão com cinco membros. Então eu vou pedir que quem estiver interessado em participar que se inscreva (*vozes ao fundo*). De verdade, a gente está pensando em simplificar, não em



complicar. Eu acho que uma comissão muito grande vai criar procedimento extenso demais, até por vistas e o que seja; então eu prefiro colocar em votação o nome dos membros e a gente aprova os que o Conselho entender que são os cinco que deverão compor a comissão. Pois não.

**Cons. Thobias Furtado** - Eu não tenho certeza. Thobias Furtado, PIC. Eu não tenho certeza - eu peço até para o pessoal da mesa, para a Rute conferir -, mas se não me falha a memória a criação da Comissão Especial ela não tem limitação de pessoas, ela por Regimento e lei, ela pode... Todos os interessados podem participar. Se você pegar o Regimento e o Decreto regulamenta. Eu entendo o seu ponto, que você quer ser funcional, sem dúvida nenhuma. Meu medo é só esbarrar com a própria lei que define a criação dela, então eu sugiro até dar uma conferida para a gente...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Thobias, só para esclarecimento. Se eu estivesse criando uma Câmara Técnica aqui todos os membros do CADES poderiam participar. A Comissão Especial tem a missão especial de analisar um assunto e possivelmente trazer para o CADES a criação de uma Câmara Técnica, aí com a participação de todo mundo que quiser participar. A Câmara Técnica não tem limitação pelo Regimento. Pode participar todo mundo, até porque é uma Câmara Técnica e em tese todos vocês podem opinar. A Comissão Especial tem o objetivo específico, prazo específico e é um instrumento para tentar facilitar a vida, não para complicar.

**Cons. Thobias Furtado** - Mas ela não pode ter essa limitação. Eu sugiro dar uma olhada no Regimento só para... e ler.. São três ou quatro... É um paragrafozinho que especifica isso.

**Rute Cremonini (Secretária)** - Só um esclarecimento. Rute Cremonini, Secretária. Ele não está limitando, ele está ponderando que cinco membros a discussão seria mais objetiva. De fato, é no mínimo cinco membros. O nosso Presidente hoje aqui na mesa está ponderando de formar só com cinco, só isso.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Você entendeu que eu não estou querendo... Eu só estou querendo simplificar.



**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo, da SAL. Rodrigo, só por uma questão de ordem, eu acho que cinco... tem sete inscritos, porque uma comissão de cinco se um ou dois faltarem na reunião, fica esvaziada, então dificilmente vai se trabalhar com os sete.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Então vamos ser democráticos? A gente acolhe os sete que se inscreveram, dois são suplentes na comissão. A comissão tem cinco e dois suplentes. Pode ser assim? E a comissão se reúne e elege quem são os membros titulares. Os próprios pares se elegem.

**Cons. Marcos Moliterno** - Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Rodrigo, a gente tem um trabalho pesado aí para a frente. Todo auxílio é bem-vindo, mas acho que uma solução, até porque o suplente pode trabalhar junto.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)**- É esse o ponto. O suplente não está afastado das reuniões, o suplente faz parte da reunião, o suplente pode acompanhar a reunião, o suplente pode receber a função de análise de processo. É só para a gente ter um tamanho delimitado e a gente não.... Thobias, só para deixar bem claro. O que eu entendo é que isso aí evolui para uma comissão permanente e aí comissão permanente de informação, e isso passa a fazer parte das reuniões ordinárias do CADES regularmente porque dano ambiental e descumprimento de obrigação de TCA não vai parar de acontecer. Então a gente precisa limpar o passivo para criar um novo.

**Cons. Thobias Furtado** - Thobias, do PIC. Ravena, eu sou solidário ao esforço da Secretaria do Verde, da própria Prefeitura - acho que todo mundo aqui - em tentar lidar com essas multas, lidar com essa problemática e tentar ver uma resolução. Agora, uma vez que a Secretaria do Verde ela traz para o CADES tentando dar um pouco mais de legitimidade para as resoluções e fortalecer a decisão, a gente tem que... Eu estou muito preocupado com o próprio Regimento, com o Decreto e com a lei do CADES, para a gente fazer a coisa da maneira correta, e inclusive tentar fazer um esforço aí para inovar e melhorar. A gente tem que tentar agora... O que me preocupa nisso é que a criação dessa, segundo a lei, segundo todo o Regimento do CADES, a gente poderia até - qualquer Conselheiro - convidar outras pessoas que estão no CADES para participar dessa comissão. Ela dá liberdade para quem quiser participar dessa comissão, porque essa comissão ela tem um período, ela tem um objetivo - igual você colocou. Se a gente começa a constranger - eu não acompanhei nem todos os sete interessados em participar - , mas dizer que a



pessoa vai ser suplente ou não vai ser suplente, ou tentar fomentar uma governança que difere no *stricto sensu*, na essência de se criar essas Comissões Especiais, eu acho que está afugentando. Eu concordo com você de que a gente tem que ser ágil e tem que ser prático, mas, colocando em xeque a governança, a legitimidade dessa comissão, eu acho que é muito audacioso da nossa parte como Conselheiros. Eu acho que não fere em nada.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Thobias..

**Cons. Thobias Furtado** - Deixa eu terminar. Não fere em nada serem sete. E cinco, se são sete interessados...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Então vamos fazer o seguinte? Vamos ser democráticos, até porque... Põe em votação. São sete ou cinco, os Conselheiros decidem se são sete ou cinco com dois suplentes. Thobias, mais democrático que isso, impossível, desculpa. Então, está em votação. Aqueles que entenderem que a comissão deve ser formada por sete membros titulares, por favor se manifeste.

**Cons. Thobias Furtado** - Qualquer pessoa, a qualquer hora, Rodrigo, quiser participar....

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Thobias, é só para efeito da minha governança...

**Cons. Thobias Furtado** - Podem ser oito, podem ser nove...podem ser quinze...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - É para efeito da governança da Secretaria. Podem ser cento e trinta e dois, pode ser o Conselho inteiro. Tem sete inscritos. Thobias, pelo amor de Deus, não vamos começar um debate, que não acaba nunca mais, de governança. Eu estou dando a governança democrática. Não sou eu que decido. Vocês decidem quantos membros tem a comissão: sete ou cinco. Ponto.

**Cons. Thobias Furtado** - O Regimento, o próprio Conselho ele não pode regimentar e estabelecer que vão ser cinco ou sete. Fere...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Eu propus cinco, Thobias...

**Cons. Thobias Furtado** - Eu peço só para que os advogados da mesa, se forem...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Thobias, pelo amor de Deus, deixa a reunião andar, pelo amor de Deus. Se você não concordar com a decisão do Conselho, você



entra com uma impugnação da decisão, desculpa. Não dá para a gente ficar nessa discussão ponto a ponto em tudo. Tudo. Tudo! Tudo você tem alguma coisa para discordar, para dizer. Mais democrático do que a Secretaria está propondo a criação de uma comissão com cinco membros. Você está propondo uma criação com sete. Nós temos uma divergência dentro do Conselho. Não estou ferindo Regimento nenhum (*vozes sobrepostas*). O Conselho decide se são cinco ou são sete e a Secretaria acata o que o Conselho decidir. Acabou, Thobias. Pelo amor de Deus.

**Cons. Thobias Furtado** - Eu estou propondo simplesmente o seguimento da lei e como ela está escrito. Se a gente quiser alterar isso tudo...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Eu estou seguindo a lei, Thobias, desculpa. Está em votação o Conselho entende que deva ser cinco ou sete membros. (*voz ao fundo*) Não, não estou excluindo ninguém. Fica cinco com dois suplentes ou sete titulares, tanto faz. O Conselho decide, a Secretaria acata. Está em votação. (*vozes ao fundo*)

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Olha, então vamos fazer o seguinte para ficar um pouco mais claro. Quem concorda com cinco e dois suplentes, levante a mão, para a gente poder... Cinco e dois suplentes. Tá. Quem concorda com sete, levante a mão. Está Ok. (*vozes sobrepostas*)

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Está criada a Comissão Especial com cinco membros titulares e dois suplentes. Rodrigo Ravena, Secretaria do Verde. Cinco membros titulares, dois suplentes com a reunião que deve ser convocada assim que a Secretaria apresentar, na próxima semana, nos próximos quinze dias, os primeiros processos aptos à avaliação pelo prazo de cinco meses, até dezembro, é isso? Nós temos até dezembro, é isso? (*vozes ao fundo*) Cinco meses, tá certo? Está aprovada. Próxima pauta, Secretário.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vou voltar agora para o terceiro ponto do expediente, que é informe do Senhor Jabs Cres Maia, da Secretaria de Governo Municipal sobre o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 112 SGM/2018, que tem por finalidade elaborar os diagnósticos da estrutura de participação social por meio de Conselhos na cidade de São Paulo. Por favor, Senhor Jabs.

**Cons. Jabs** - Na verdade, a Prefeitura, o Governo resolveu criar essa Portaria; esse grupo, na verdade, é um Grupo de Trabalho para poder analisar os Conselhos que nós temos na



cidade de São Paulo. Foi feito um levantamento prévio e nesse levantamento prévio foi de em torno de duzentos e setenta e alguma coisa - eu não lembro exatamente de cor o número - de Conselhos que tinham na cidade de São Paulo, mas todos os tipos de Conselhos: criados por Lei, criados por Decreto, criados por Portaria e daí nós começamos a analisar esses Conselhos, por que desses Conselhos... Qual a origem deles, por que é que foram criados. Nós descobrimos que têm muitos Conselhos que são importantes, prioritários e que infelizmente encontram-se inativos. Um exemplo clássico seria o Conselho dos Indígenas, que a gente está tentando ver para poder reativar, porque é um Conselho que a gente acha que é um Conselho de prioridade aqui pela cidade; ele tem que ser reativado e ele se encontra atualmente inativo; assim como vários outros Conselhos que existiam por vários anos e depois eles pararam de existir simplesmente. Por volta de 2015/2016 eles pararam de existir e não apareceram mais. Esse grupo que foi criado foi na verdade só para poder descobrir exatamente isso: saber quem são os Conselhos que estão participando, quais são as regras que tem lá. Temos muitos Conselhos também que o grande problema: a sociedade civil é feita por indicação do Prefeito. A sociedade civil não eleita e daí nós fomos, na verdade, fazendo apenas um mapeamento, um estudo de todos os Conselhos que têm na cidade para a gente entender como é que eles funcionam e depois a ideia é sugerir a esses Conselhos algumas questões que sejam pertinentes à mudança deles, Ok? Essa é o mais básico explicação eu posso dar para vocês. Nada demais. Eu participo de outros Conselhos começou a haver um burbúrio "olha, onde estão fazendo isso, fazendo aquilo, querem acabar com os Conselhos". Não, pelo amor de Deus, minha gente. Não tem nada a ver com isso. Eu faço parte desse GT, eu faço parte desse grupo e a grande questão é levantar quais são os Conselhos que realmente trabalham na cidade, quais são os Conselhos que realmente tem uma grande, como é que eu posso dizer, representatividade. Inclusive o CADES foi eleito como um Conselho que é bom, que está funcionando muito bem. O COMAS também, que é um de ciência social. A gente acha que é o melhor jeito de escolha, inclusive de representatividade da sociedade civil veio através do COMAS, que eles fazem por segmentação, tal, votação interna entre eles ali e nós estamos apenas nessa fase apenas analisando todos os Conselhos e vendo o que é que funciona, o que é que não funciona, quais estão ativos, quais estão inativos, por que estão inativos, por que foram criados, Ok, e depois num segundo momento apenas indicar para esses Conselhos "olha, esse Conselho, eu acho que a sugestão que nós



estamos dando é essa daqui" mas, claro, todos os Conselhos têm a sua autonomia, todos os Conselhos.... Nós não vamos mudar os Conselhos. Isso daí é uma questão que o Conselho vai ter de querer aceitar as sugestões ou não. Isso é uma explicação bem rápida, eu estou mais agora aqui para sanar dúvidas, se alguém tiver.

**Cons. Sônia Hamburger** - Sônia, Centro-Oeste 1. Eu gostaria de saber... Porque o que estranhou para a sociedade civil é não ter nenhuma representação da sociedade civil nesse GT. Eu queria saber se não é possível ter representantes de todas as regiões para acompanhar essa análise.

**Cons. Jabs** - Na verdade, a sociedade civil que está no GT tem o pessoal da Mattos Filho Advogados, da Cáritas e o pessoal da FGV, que está ajudando a gente a fazer esse levantamento. Como eu disse: neste momento, é apenas um momento de levantar os estudos e entender o que está acontecendo, porque eu também não posso chegar depois e falar para a sociedade civil "olha, a gente está começando a estudar, não sei o que lá"... A ideia é depois mostrar para a sociedade civil o que já foi apresentado, porque eu também não quero chegar sem nada, entendeu? Chegar e apresentar para vocês "olha, nós apresentamos, vimos isso, foi aprimorado isso, foi descoberto isso. Em função disso, o que é que vocês acham? É que nós temos que primeiro estudar para depois sentar para conversar. Eu não posso sentar para conversar sem ter uma base de nada, entendeu? Esse estudo é muito ainda para ter a base, para ter o conhecimento para poder ter uma ideia. Para você ter uma ideia, nós não sabíamos quantos Conselhos nós tínhamos na Prefeitura, entendeu? Daí como é que eu vou sentar para você e falar assim "ah, vamos começar a discutir os Conselhos". "Tudo bem, mas quantos Conselhos são?" "Não sei". A gente não tinha essa base. Por isso é que eu estou falando para você: neste momento nós estamos estudando, para, num segundo momento, "vamos conversar", mas primeiro eu preciso fazer a tarefa de casa. Sentar, saber o que está acontecendo para depois sentar e conversar com vocês, porque senão eu não tenho o que conversar com você.

**Cons. Sonia Hamburger** – A sociedade civil organizada ela acompanha esse processo de Conselhos e transparência, e tal, não sei o quê, já há bastante tempo. Então, tem bastante gente na sociedade civil organizada em associações e institutos que poderiam colaborar com o levantamento e com a discussão, porque se você faz apartado, quando você chega já com conclusões, aí é uma loucura. Fora que a gente sabe que o



que pode acontecer, é já chegar com conclusões e com determinações. Então, faz parte da transparência e do direcionamento de fazer um governo aberto, que é uma prerrogativa da Prefeitura de São Paulo, ter sempre, acompanhando, a sociedade civil. Esses exemplos que você deu foram indicados pela Prefeitura. Esses que você falou que tem a FGV... Como...

**Cons. Jabs** - Na verdade, é o seguinte a FGV se ofereceu para fazer um estudo sobre os Conselhos para a Prefeitura e daí a Cáritas é que está pagando esse estudo. Totalmente de doação, nada para os cofres...

**Cons. Sonia Hamburger** - Mas pagando? Não é um GT do Executivo?

**Cons. Jabs** - Sim, mas a Cáritas, junto com a FGV... A FGV está nos auxiliando, Ok?

**Cons. Sonia Hamburger** - A FGV está sendo paga.

**Cons. Jabs** - Isso, pela Cáritas. Doação para a Prefeitura.

**Cons. Sonia Hamburger** - Mais uma razão para a sociedade civil estar acompanhando.

**Cons. Jabs** - Mas eu não consigo sentar com a sociedade civil e conversar com ela, sendo que eu não tenho nenhuma base, nenhuma informação para dar antes. Eu tenho que pelo menos saber o que a gente vai sentar para conversar. Eu acho que tem que pelo menos sentar e falar "perai, o que é que eu vou conversar com você se eu não sei o que está acontecendo"? Por exemplo, eu não sabia quantos Conselhos estavam ativos e inativos, não sabia, quantos Conselhos se encontravam inativos há tanto tempo e me desculpa, por mais que eu chame toda a sociedade civil aqui presente, nem a sociedade civil iria saber que os indígenas estavam inativos. Ninguém estava comunicando a gente, ninguém veio nos procurar e falou "olha, o Conselho do Indígena está inativo, por favor queira reativar". Ninguém veio nos procurar para isso, então o que eu quero dizer é o seguinte: eu não posso sentar com vocês sem pelo menos estudar alguma coisa antes, entendeu? Depois que eu estudar, aí a gente senta para conversar, mas eu tenho que fazer a minha tarefa de casa, eu tenho que saber o que está acontecendo. Eu tenho que fazer uma leitura interna para saber o que está acontecendo antes de conversar com você, porque senão a gente vai começar a falar coisas que ninguém sabe. Essa é a grande questão: fazer esse tipo de levantamento sem ninguém saber antes, sem um estudo prévio é complicado, porque senão a gente vai



ficar lá discutindo, discutindo sem base nenhuma. A grande questão é essa: a gente está pelo menos levantando a base para depois a gente sentar para conversar.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Senhor Ivo, por gentileza.

**Cons. Ivo Valencio** - Ivo, Leste 1 - Eu participo de muitos Conselhos. Praticamente, não direi todos, mas um punhado na cidade. Eu não entendi a sua relação de dar um parecer, sendo que todos os Conselhos, sendo deliberativo ou não, eles têm o seu Estatuto e seu Regimento, então, partindo disso, o que está pela lei é o Estatuto e o Regimento interno, que é para nortear as ações.

**Cons. Jabs** - Eu não vou discutir norte do Conselho, eu não estou discutindo norte do Conselho, mas tem muito Conselho que não tem Regimento interno publicado em Diário Oficial. Foi uma coisa que nós descobrimos, que a gente não sabia.

**Cons. Ivo Valencio** - Estou apenas fazendo uma revelação, porque acima de Estatuto, que é legal, que parte da própria Prefeitura, não tem outro norte para se dar pareceres. Só se mudar algumas leis. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheiro Moliterno, por gentileza.

**Cons. Jabs** - Eu não posso mudar o escopo do Conselho. Em nenhum momento eu disse que a gente ia fazer isso, em nenhum momento disse que esse é o objeto de estudo, só que o meu objeto de estudo sabe qual que é? Tem muito Conselho que não tem Regimento interno publicado no D.O, tem muito Conselho que está inativo na página da internet, tem muito Conselho que a página na internet é de 2013. O que a gente está fazendo agora nesse momento é só levantamento, levantamento, estudo, entendendo o que está acontecendo para depois sentar para conversar, porque tem muito Conselho que está parado. Por favor.

**Cons. Marcos Moliterno** - Senão a gente vai longe com isso. Sônia, eu acho assim. Existe uma distinção: a hora que a sociedade civil tem que por o olho em cima disso é a hora que eles decidem o que eles vão fazer. A parte operacional, de levantamento, o que tem, o que não tem, nós não somos funcionários públicos. Tem que fazer. A hora que levantar tudo, que tiver, aí sim vem para cá, a gente conversa, mas no dia a dia não tem sentido. Acho que ninguém nem tem tempo de fazer esse tipo de trabalho aqui.



**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo, da SAL. Eu gostaria, se possível, qual a metodologia que vocês estão usando para fazer essa primeira análise. Nós sabemos que todas as Secretarias ele tem condições de informar, como? O Verde tem trinta e poucos Conselhos de parque, mais... *(voz ao fundo)* Trinta e...

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Setenta e dois.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Setenta e dois Conselhos de parque. A Educação tem outras centenas. Mesma coisa com a Saúde. Vocês estão usando esses equipamentos Educação, Saúde, Cultura para fornecer quais são os Conselhos ativos?

**Cons. Jabs** - Sim, foi exatamente... isso foi no levantamento inicial. Foi solicitado que todas as Secretarias informassem quais são os Conselhos vinculados à sua pasta e quais estavam ativos e inativos. Isso foi o primeiro levantamento que foi solicitado para todas as Secretaria e as Secretarias informaram; e, mesmo assim, eu devo dizer que muitas Secretarias não tinham conhecimento de todos os Conselhos que pertenciam à pasta dela, porque nós depois olhando o Decreto achamos muitos Conselhos que estavam vinculados a algumas Secretarias que na listagem que ela nos enviou não constava aquele Conselho. Mais, Conselhos que foram criados na década de setenta e oitenta e que a Secretaria já tinha teoricamente inativado, só que o Decreto ainda estava em vigor e foi visto exatamente isso. Infelizmente, esse Decreto está em vigor ainda apesar do Conselho não estar mais em vigor. Nós também temos um problema: o de drogas, a questão de conselhos de drogas. A gente tinha três Conselhos municipais discutindo com a questão de drogas, entendeu? Tinha um vinculado ao Gabinete do Prefeito, um vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e o terceiro não lembro com quem estava vinculado, sendo que na verdade só um funciona de verdade, que é o COMUDA. É isso o que eu estou falando. Só que primeiro estamos fazendo esse levantamento, estamos terminando de analisar para poder ver o que está acontecendo e como eu disse: infelizmente, tem muitos Conselhos ainda que nós não tivemos acesso ao Regimento Interno. Já vou solicitar aqui inclusive que eu preciso o Regimento Interno do CONFEMA, só para avisar, porque eu cheguei atrasado aqui porque eu estava nessa reunião hoje de manhã, desse GT e lá na reunião do GT falou assim "olha, do Verde a gente não tem o Regimento Interno do CONFEMA". Eu estou falando assim que a gente não conseguiu



ter acesso por vias da publicidade da vida, mas eu já estou solicitando para me enviar por e-mail para a gente poder ter uma ideia. É só isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheiro Thobias.

**Cons. Thobias** - Thobias, PIC. Jabs, boquiaberto. Acho que o que a cidade mais precisa é levantar de fato tudo o que existe, colocar no papel, pensar e maturar. Eu sou solidário à angústia um pouco da Sônia, mas o Moliterno colocou muito bem feito. Se a gente não levanta, como é que a gente trabalha? Então, eu tenho duas sugestões para você levar para esse GT, que a gente tem aí a sorte de ter o Mattos Filho e a GV trabalhando em cima com vocês. Primeira sugestão, que eu acho que é muito importante. Notifica - o termo adequado eu não sei qual é - todos os Conselhos para que os próprios Conselhos submetam ao GT sugestões de melhorias internas. Quem mandar, ótimo; quem não, não. Eu acho que também você está subsidiado com essa informação vindo da própria sociedade civil e do próprio Conselho só tem a somar. E segunda sugestão: antes de vir com texto, com uma proposta fechada, faça uma reunião e convide as pessoas todas para escutar um pouco a dinâmica. Acho que assim a gente está escutando a sociedade civil e dá aí substância.

**Cons. Jabs** - ... A gente não tem nem proposta fechada, a gente está na fase de estudos ainda. Nós só estamos na fase de estudos. Neste momento, apenas fase de estudos, para depois lá na frente sentar e falar o quê? O que é que a gente vai fazer. Primeiro a gente tem que saber o que está acontecendo para depois sentar e fazer alguma proposta ou sentar para conversar. Não tem como conversar sem saber que está acontecendo.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Conselheira Renate.

**Cons. Renate** - É uma pergunta rápida só, Jabs. Quando vocês vão apresentar alguma coisa e fazer o envolvimento da sociedade civil.

**Cons. Jabs** - Teoricamente, está previsto para final do ano, dezembro, primeira quinzena de dezembro a FGV, junto com a Mattos Filhos, nos entregar o primeiro esboço, o primeiro piloto, mas sabe como é, teoricamente, só para avisar. Esse é o que está no nosso cronograma.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - É só porque me inscrevi. Thobias e a Conselheira falaram que eu ia falar. Eu acho que o ponto que a gente tem que olhar é para isso,



quer dizer, é necessário levantamento, é necessário verificar e as sugestões eu acho que são pertinentes. As que o Thobias fez são absolutamente pertinentes, porque é uma forma de envolver, uma forma de trazer para dentro dessa discussão o próprio Conselho e até porque a hora que não vier resposta nenhuma, você já sabe que não funciona mesmo, porque todos os Conselhos têm alguma sugestão para dar.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Passamos agora para o primeiro...  
Desculpa, desculpa.

**Cons. Sonia Hamburger** - Eu só queria fazer uma solicitação, inclusive porque pelo número de Conselhos, se são duzentos e setenta e só de parques têm setenta e dois...

**Cons. Jabs** - Não, os duzentos e setenta não estão incluso o dos parques.

**Cons. Sonia Hamburger** - Ah não?

**Cons. Jabs** - Não, porque nós fizemos uma lista de todos os Conselhos e, na verdade, eu que comecei fazer essa lista e depois aqui em baixo eu coloquei só o dos parques, porque o Verde é meio que à parte, porque ele tem muitos Conselhos de parques, entendeu? Só para avisar. Na nossa listagem oficial está assim: todos os Conselhos e depois em baixo Verde e Parques. Ponto.

**Cons. Sônia Hamburger** - Exatamente por isso que eu ia sugerir aqui, que aqui no CADES, no nosso Conselho - é Sônia, do Centro-Oeste 1 - que se possível, a FGV, como está contratada para isso, que ela fizesse um informe de qual metodologia e qual o cronograma que ela está prevendo para esse estudo, porque eu acho que é importante a gente saber, como CADES inclusive.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Senhor Ivo.

**Cons. Sônia Hamburger** - Não é possível? A FGV fazer esse informe?

**Cons. Jabs** - Eu vou verificar. Não vou te dar a resposta sem verificar, me desculpa. Eu vou verificar, vou ver o que está acontecendo, depois eu te dou um informe. Neste momento eu não posso responder.

**Cons. Ivo Valencio** - Ivo, Leste 1. Só reforçando, o Verde não é apenas parque, têm os Conselhos, os Cadinhos. A cada Prefeitura tem um Conselho, que quem administra é a



minha amiga Rute Cremonini de Melo. Ela poderá também te informar sobre isso, obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Passamos agora para o primeiro ponto da ordem do dia: apresentação da "Metodologia de Sustentabilidade Urbana - GEF Banco Mundial", apresentada pela Conselheira Renate Nogueira, representante da Macrorregião Sul 2. Lembrando que a Senhora tem vinte minutos para a exposição, por gentileza, e muito obrigado.

**Cons. Renate** - Bom dia a todos. Nós estamos trazendo essa metodologia aqui hoje - eu fui incumbida disso - com três objetivos principais. O primeiro deles é que todos nós tenhamos a mesma compreensão do que significa sustentabilidade humana, urbana. Que é basicamente para a gente ter um quadro comum e poder discutir sobre as mesmas coisas. A segunda coisa é a gente conseguir trazer, formar aqui grupos de interesse por cada um dos temas e a terceira coisa é a gente saber o que, quando a gente está pautando alguma coisa, qual é a relevância de cada um dos temas dentro deste quadro que a gente vai apresentar. Então eu detesto fazer apresentação sem índice. É só para vocês terem uma ideia do que nós vamos falar, porque que nós estamos falando disso, qual a origem dessa metodologia. Eu dou uma parada aqui para falar o que é uma cidade sustentável na opinião de quem propõe a metodologia, o que ela oferece, quais são as etapas e dimensões. Então, vamos para a próxima. Isso aqui é o desafio de todas as cidades, essa metodologia ela é uma metodologia internacional; então, não é nada inventado, é criado ao longo de alguns anos e nós precisamos ter em mente que nós temos uma responsabilidade muito grande, porque o que quer que aconteça no meio ambiente é consequência do que é feito nas cidades. Então, a gente tem que assumir essa responsabilidade mesmo, e não é só um desafio global em termos do impacto da cidade, mas também o padrão de vida e a prosperidade que a gente está dando para as pessoas. Nós estamos numa cidade enorme; então, a responsabilidade é realmente muito grande. Nós temos que ter isso em mente. E a gente sabe que falhas de governança dão problemas muito graves, por exemplo, desigualdades socioeconômicas, que nós temos muitas, assentamentos informais, favela, degradação de ecossistema. Então, esses são problemas que a gente tem graves em São Paulo. Isso aqui é para chamar a atenção de vocês da gravidade do assunto que nós estamos tratando aqui no CADES. Da onde apareceu essa metodologia? Ela parte



da Agenda 2030 da ONU; então, ela é toda alinhada com que está acontecendo no mundo inteiro e que São Paulo adotou. Essa metodologia se baseia particularmente no objetivo nº 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis. Em cima desse objetivo foi criada essa plataforma global de cidades sustentáveis, porque isso é recente, é criado por esse *Global Environment Facility*, o Banco Mundial, vários bancos de desenvolvimento multilaterais - equivalentes aos BNDES - de vários países do mundo e querendo contribuir justamente para que as cidades consigam reagir de maneira uniforme. Em cima das ideias deles eles desenvolveram a metodologia em si, que é a metodologia aplicada hoje em dia a muitas cidades do mundo. Então, vai assim de Seul, Nova York, Singapura, Adis Abeba, cidades do leste europeu, cidades enormes como a nossa cidade, cidades até duzentos mil habitantes. O que é que é a metodologia, o que que ela traz para nós? Uma compreensão comum, comum a todas as cidades do mundo que estão participando disso, e são realmente muitas, uma orientação prática de como essa abordagem deve funcionar. Ferramenta, e isso é muito bom para nós, uma ferramenta efetiva, não fica só no plano de ideias, para ajudar cidades a criarem as visões do que elas querem e conseguir medir isso e, bacana, porque a gente consegue se comparar a outras cidades. Então, a gente sai um pouco do achismo, que isso é bom, aquilo é ruim, e a gente passa a ter um padrão de comparação com outras cidades, o que é uma coisa que eu acho que vale a pena trazer para cá. E, de novo, é metodologia... Como é uma metodologia adotada em boa parte do mundo, eu acho que nós não precisamos ficar inventando a roda. Já existe uma metodologia, a gente pode adaptar ela para cá. Como funciona a metodologia, aqui eu vou ser muito rápida, porque praticamente todas as metodologias têm mais ou menos a mesma cara e cada um está acostumado de uma maneira; então, claro, obviamente, primeiro: o diagnóstico de onde nós estamos; segundo, a visão e as prioridades - para onde eu quero ir, onde eu quero chegar e o que é mais importante - isso é uma coisa que eu queria que vocês mantivessem em mente -; terceiro: na verdade, em paralelo com isso, como é que a gente financia isso a curto prazo e a longo prazo e, por último, como é que a gente monitora, quer dizer, não adianta você inventar tudo isso se você não faz acompanhamento. Em português claro e resumindo, você pega indicadores, nós não vamos criar ações aqui no CADES, mas nós precisamos saber quais são as ações que estão sendo tomadas e quais as metas. Isso me reporta muito à apresentação que foi feita aqui sobre transporte, que traz exatamente isso: aqui estão os indicadores, essas são



as ações que nós queremos tomar e a meta é diminuir CO<sub>2</sub>, esse tipo de coisa. Então, a gente implanta esse tipo de método de análise para várias áreas. Sempre, sempre, sempre envolvendo sociedade civil e os *stakeholders*, ou seja, todas as Secretarias que estão envolvidas em determinado assunto, todos os institutos que já existem, eventualmente até sindicatos, ou não sei, depende do assunto, para conseguir trazer num fórum só o que é que a gente quer para a cidade. Só chamar a atenção de vocês que tendências passadas podem indicar padrões onde a cidade está prisioneira. Eu acho que tem muitos casos aqui que a gente tem que identificar isso e que isso deve ser endereçado. Aqui, a gente já entra um pouquinho mais em detalhe das dimensões que são colocadas nessa metodologia. Eu não vou mencionar muito sobre governança e sustentabilidade fiscal porque eu acho que não é o foco aqui do CADES. Eu vou falar principalmente dessas dimensões de resultado. Eles dividem as preocupações em quatro. Uma é economia: como é que você consegue desenvolvimento econômico sustentável com prosperidade, competitividade. Isso aí é tudo muito bonito. Nós vamos chegar num ponto quando a gente consegue (*ininteligível*). Meio ambiente é uma dimensão que trata de ecossistemas e recursos naturais. As ações climáticas são no sentido de diminuir gases de efeito estufa e todos os problemas que trazem... a cidade traz para o meio ambiente global e aumentar a resiliência da cidade. Enchentes em São Paulo, por exemplo, são um caso muito sério. Enchentes, desabamentos. E a última dimensão é inclusão e qualidade de vida. Aqui nós estamos falando muito de redução de pobreza e trazer igualdade de condições para todo mundo. Abrindo um pouco mais, eu vou entrar menos nesses dois quadros aqui, eu falar um pouco mais do uso do meio. Economia é basicamente como o desenvolvimento econômico, a colocação de empresas, de indústrias, de serviço se distribuem pela cidade, como é que a cidade está conectada dentro de si mesma e se tem oportunidades de subsistência para todo mundo dentro da cidade. Esse é o principal foco dessa parte econômica. Eu vou falar, rapidamente, do foco desse: moradia, educação, saúde e inclusão. Por que são grandes, e eu coloquei num item só, mas na verdade são três itens enormes abertos - moradia, educação, saúde e bem-estar - é o mais pesado daqui -; redução de pobreza, água e esgoto, aqui entendido mais como distribuição de saneamento e água; infraestrutura física básica da cidade - não é só água -, então, aqui a gente tem um pouco falar e segurança. Agora voltando para esses dois temas aqui que eu acho no CADES, num primeiro momento, seriam os mais atraentes: ecossistemas e biodiversidade e qualidade do ar, recursos



hídricos - como a água está chegando em São Paulo e como ela está sendo mantida -, administração de resíduos, padrões de consumo e produção; por exemplo, sacos plásticos, uso ou não de sacos plásticos biodegradáveis etc. Nessa dimensão aqui trata de geração de gases efeito estufa, eficiência energética da cidade, geração de energia limpa - a substituição da energia fóssil pela energia limpa -, a adaptação a que a gente tem às mudanças climáticas e redução de risco de desastres. Essa é a maneira como, de um modo geral, a metodologia vê e, na verdade, são tópicos de tratamento. Eu estou aqui no CADES - essa é a terceira ou quarta reunião - e eu percebo as coisas assim um pouco difusas e se a gente conseguisse colocar cada tema que nós precisamos discutir dentro de algum desses itens, a gente conseguiria se organizar melhor e ter um pouco mais de visibilidade, de como isso pega horizontalmente através de toda cidade. Chegando cada vez mais na realidade: quando você trata dentro dessa metodologia eles dizem estabeleça a visão que você quer "eu quero a cidade, a cidade de mais de dez milhões de habitantes menos poluída do mundo" e, aí, você coloca qual a meta um pouco mais detalhada, o que significa isso e muito importante: voltando lá para metodologia. Lembra de você diagnosticar? Claramente quais são os indicadores - lembra do gráfico? - os indicadores que podem fazer, dar orientação para a gente de onde nós estamos e aonde nós queremos chegar. Nós, CADES, vamos definir onde nós queremos chegar? Não, nós vamos sentar e vamos organizar a informação. Gosto muito do que o Jabs está fazendo, porque a gente precisa organizar a informação que existe para conseguir ... as ações que estão acontecendo e onde a gente chega. Aqui são os indicadores recomendados, não são todos e a tradução foi livre. Não são todos, mas não tem muito mais que isso. Em cada item tem mais um ou dois. Para a gente conseguir medir as coisas; a recomendação é que a gente olhe esses indicadores e saiba que está fazendo e aonde quer chegar. Isso aqui é meio ambiente e recursos naturais. Isso aqui é de ações climáticas e resiliência. Isso encerra a minha apresentação, porque o próximo passo agora é o pessoal da Rosélia, que tem os indicadores e conhece os indicadores que cidade já tem, vai apresentar o que que existe e a gente vai tentar integrar o que eles estão propondo aqui dentro do que nós já temos na Secretaria do Verde. Obrigada.

**Cons. Rosélia** - Não, é só porque como eu fui citada nominalmente. Rosélia, eu sou do DEPLAN, da Secretaria do Verde. Na verdade, o que nós preparamos para apresentar, nós vamos dividir nosso tempo com o pessoal da SMUL, porque eles têm a plataforma



OBSERVA SAMPA, que é uma plataforma de indicadores gerais da cidade. Então, eles vão apresentar, porque são ferramentas que estão disponíveis e é interessante que as pessoas se utilizem dela para conhecer mais a cidade e depois o pessoal do DEPLAN 3 vai apresentar a parte dos indicadores ambientais com os quais nós trabalhamos já. Depois, é uma apresentação só.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vamos passar para o segundo ponto da ordem do dia: apresentação do OBSERVA SAMPA pela Coordenadora do OBSERVA SAMPA, Senhora Marília Araújo Roggero, de SMUL, e pelo Senhor Otávio Prado, de SMUL. Lembramos que os Senhores têm vinte minutos e muito obrigado.

**Marília** - Bom, gente bom dia. Primeiro eu gostaria de me apresentar. Eu sou a Marília, como já foi dito. Eu vim para a Prefeitura para trabalhar e coordenar o OBSERVA SAMPA, que é a nossa plataforma de indicadores da Prefeitura Municipal de São Paulo e então o pessoal do Verde chamou a gente para poder fazer uma breve apresentação, então a gente vai falar um pouco do nosso trabalho aqui na Prefeitura. A gente achou importante colocar aqui os marcos da legislação. Então, a gente trouxe aqui: em 2006, o Decreto 47.972, que cria aqui, na Prefeitura de São Paulo, pela primeira vez, um grupo intersecretarial para discutir indicadores aqui na Prefeitura e juntamente com esse Decreto, a gente tem a promulgação da Lei 14.173, que rege o quê? Que a Prefeitura de São Paulo deve medir a qualidade de seus serviços. Então, essa lei é norteadada por cinco grandes eixos: o meio ambiente, transporte, educação, saúde e limpeza urbana. A partir daí a gente tem um gap aqui na Prefeitura, a gente tem essas discussões iniciadas em 2006 e só em 2014 que foi retomada a questão. Ok, temos a lei e como vamos atender essa lei e o Decreto que foi criado lá em 2006. No Programa de Metas de 2014, ficou prevista a criação da plataforma OBSERVA SAMPA e a Portaria 74 instituiu um comitê interno, que é um Comitê Intersecretarial de Indicadores em substituição àquele grupo que foi criado em 2006. E, juntamente com isso, lançou a plataforma OBSERVA SAMPA que, até então, ficava vinculada à Secretaria Municipal de Gestão. Em 2016 a gente tem o Decreto de transferência, que é o 57.087, de transferência da gestão desse site para SMUL e aí que se forma essa equipe aqui para gente estruturar a plataforma. A gente colocou aqui uns dados do que a gente faz. A gente está, no momento, atualizando os indicadores de 2017, a gente faz sempre revisão desses indicadores e a gente está ainda com quarenta por cento pendente. Por que dessas atualizações?



Porque a gente tem dois períodos de atualização: um que é em maio, que já foi - por isso que a gente já conseguiu atualizar sessenta por cento dos indicadores que existem - e agora falta a gente atualizar em novembro os outros restantes - quarenta por cento desses indicadores. A gente faz também uma constante revisão da plataforma de dados e infraestrutura. O que é isso? Isso envolve a PRODAM, envolve banco de dados e por isso que a gente tem instituído esse comitê entre as Secretarias. Todas as Secretarias participam, inclusive a PRODAM, para poder dar toda essa base para a gente discutir. A gente se reúne a cada dois meses para poder levantar essas questões sobre a plataforma. A gente tem sempre as atualizações dos membros do comitê - o que é difícil para gente, porque a gente envolve todas as Secretarias. A gente sempre fala: a plataforma não é nossa, a plataforma é de todo mundo, é da Prefeitura e por isso a gente tem que discutir sempre, só que essa atualização às vezes emperra um pouco as discussões. A gente tem que sempre retomar a cada reunião do Comitê. A gente faz um trabalho grande de divulgação e a gente estar aqui também é importante para a gente, para a gente divulgar o nosso trabalho e as pessoas conhecerem mais as ferramentas para poderem pesquisar e até também discutir ou solicitar: "tem erro na plataforma", "manda para gente", "entra em contato". Essa é a ideia: que o cidadão consiga utilizar, o pesquisador, ou seja, a sociedade civil. E a gente quer atender não só sociedade civil como também todas as outras Secretarias. Esse é o nosso trabalho: atender a Prefeitura e todo mundo que se interessa pelo tema. O que é que a gente faz também? Por enquanto, a gente tem o curso e as oficinas para os servidores. A ideia é abrir também para a gente discutir mais amplamente os indicadores com a sociedade civil, mas nesse primeiro momento ainda é para a Prefeitura de São Paulo. Essa é carinho do site, mas a gente vai mostrar depois abrindo, com mais calma. Como que a gente faz? Como eu já falei, só para retomar, cada Secretaria é responsável pelo envio das informações, os indicadores são criados de acordo com a disponibilidade, ou seja, temos a informação? Ok, vamos disponibilizar. E interesse; então, vai depender dos interesses da Secretaria em colocar essa informação no site, porque também a gente tem o entendimento de que não adianta a gente disponibilizar um dado se a gente não vai conseguir atualizar. Então, assim, a gente tem um dado muito bom. Só que só para este ano? E o ano que vem? Ah, o ano que vem a gente não sabe a gente vai conseguir; então, fica uma coisa muito vazia. A gente quer criar indicadores que sejam consistentes, porque isso é importante também. A gente colocou aqui que os temas do OBSERVA SAMPA seguem essa lógica



da PMSP e de outros sistemas que já existem, como o INFOCIDADE, que acho que vocês devem conhecer e aí o próprio GEOSAMPA, que é bem mais famoso e todo mundo conhece. O que a gente tem também? A inserção dos dados do PPA e do Programa de Metas e, também, uma vinculação com os ODS, como foi dito aqui. Eu até queria aproveitar um pouco para falar da questão dos ODS no seguinte ponto. A questão dos ODS é o seguinte: existe a plataforma Cidades Sustentáveis, como a Renate comentou. Esse é o nome, né? Falei certo. Só que é assim: a gestão dessa plataforma, cuja cidade de São Paulo é signatária, ficava também com o pessoal da Gestão até o governo passado. A gente não sabe em que pé ficou, mas já existe essa plataforma de indicadores vinculadas com metodologias de outras cidades mundiais, só que a gente não sabe em que pé ficou agora. Talvez com a estruturação do comitê que vão discutir os ODS aqui na Prefeitura essa plataforma seja retomada, porque a cidade de São Paulo é signatária do Cidades Sustentáveis. A gente precisa atualizar os indicadores, mas essa questão ficou um pouco perdida aqui no Município, então a gente precisa retomar isso. O que a gente trouxe aqui é um pouco sobre a questão dos indicadores. Acho que Otávio vai poder falar um pouco agora.

**Otávio** - Bom dia a todos, eu sou Otávio, eu fui durante muitos anos funcionário de SVMA, inclusive eu entrei em SVMA logo que ela foi criada - alguns de vocês me conhecem de lá - e fui convidado para trabalhar em SMUL justamente para trabalhar no GEOSAMPA e agora no OBSERVA SAMPA. Quando nós discutimos a questão do OBSERVA SAMPA, a gente sempre faz uma questão, uma discussão teórica antes, porque isso é importante e a gente discute algumas coisas que são fundamentais: nós somos um observatório de indicadores, mas é importante destacar o que é o indicador. Todo dado é indicador? (*pode passar*). Então, por exemplo: a gente diz que, por exemplo, indicadores são essenciais para administrar cidades. Então, as próprias notícias de jornal aparecem discussões sobre indicadores, sobre uso de indicadores. Não vou me estender muito nisso, mas, por exemplo, aqui um outro exemplo, discutindo caminhões e ônibus são responsáveis por metade da poluição do ar em São Paulo. Da onde vem essa afirmação? Essa afirmação vem do uso de dados, do uso de indicadores.

**Marília** - Só rapidinho, a gente acha importante trazer isso porque a demanda que a gente tem grande de dados e indicadores vem da imprensa e todo mundo fala assim "ai, o dado que sai na imprensa, o indicador que sai na imprensa é o correto, é o melhor, a



interpretação" e muitas vezes tem uns equívocos que são grandes. Então, a gente traz sempre alguma questão da mídia para mostrar que às vezes a comparação que é feita pela imprensa não seria a mais adequada. A gente traz uns exemplo... É que esse slide é do nosso curso e a gente traz alguns exemplos no curso, por exemplo, de questão de comparação de indicadores de um determinado período, ano ou mês com uma média anual. Como que a gente pode comparar um dado de um mês com uma média do ano inteiro? Então, tem essas questões que são delicadas e a gente precisa colocar aqui, que eu acho que a cultura dos indicadores aqui na Prefeitura de São Paulo ainda está sendo iniciada. Como a gente mostrou, desde 2006 tem o grupo que discute os indicadores, mas só em 2014 que a gente conseguiu efetivamente ter uma plataforma; então, a gente tem um caminho longo pela frente para a gente conseguir estruturar melhor isso. Acho que é importante a gente colocar isso.

**Otávio** - Uma das questões que nós discutimos nesses treinamentos que nós fazemos é essa distinção entre o que é um dado, indicador e o que são informações. Basicamente, o que nós vemos são informações. Os dados, por exemplo, tem gente que acha que o dado, ele corresponde a uma realidade. Na verdade, ele é uma representação da realidade. Ele é baseado em conceitos, instruções que são normalizados, ou seja, eles são colocados de uma maneira que possam ser trabalhados e eles são adaptados. O dado é uma representação da realidade, ele não é a realidade em si. Se eu tiver um dado sobre um parque, ele não é o parque. São extrações que eu consigo fazer para tentar entender o que é aquilo, uma realidade qualquer. Os indicadores já podem ser entendidos como a medida, em geral quantitativa, cuja finalidade é substituir, quantificar, operacionalizar um conceito. Ele tem um conceito por trás; então, a gente diz que se o dado já é uma representação da realidade, um indicador mais ainda, principalmente porque nenhum deles é neutro. A gente sempre tem que ter isso na cabeça. Quem extrai os dados da realidade ele tem, na própria extração, ele está colocando uma carga disso, ele está extraindo os dados, ele está fazendo uma seleção. E informação é um conjunto de dados devidamente ordenados e organizados de forma a terem um significado, então ele já é um trabalho em cima daquela abstração da realidade. Por que que a gente está dizendo isso? A gente sempre diz isso, porque nós trabalhamos com observatórios, nós trabalhamos com indicadores, nós trabalhamos também com dados. Na hora que a gente for analisar uma realidade, a gente sempre tem que tomar cuidado que não está trabalhando com a realidade, está trabalhando com uma



abstração dela. Então, indicador ele tenta colocar as informações relevantes, os elementos que compõem o objeto e a observação, por isso que é importante trabalhar com indicadores ou mesmo com dados. A gente tem uma noção exata de como ele foi produzido, de como ele foi captado. Então, trabalhar com indicadores - como eu disse - ele tem uma medida, ele tenta descrever aquele fenômeno de uma maneira que eu possa usá-lo, ele é um recurso metodológico que informa sobre o objeto a ser observado. Não é objeto em si, então, ele é uma representação da realidade, não a realidade em si. A gente tem que ter esse cuidado sempre.

**Marília** - Eu gostaria de fazer um aparte, porque eu achei interessante na apresentação da Renata sobre a questão dos indicadores estruturados na metodologia. É bem bacana, só que a gente precisa ver se existem esses indicadores para a gente poder trabalhar, porque é maravilhoso. A gente tem uma lista, bacana, só que existem esses dados? O bom é inimigo do ótimo. O que a gente tem é o bom; então, a gente precisa fazer realmente uma garimpagem de dados para a gente conseguir trabalhar com os indicadores. Então, precisa ver isso: o que é disponível, o que que já existe para a gente também não poder criar uma coisa que seja muito insustentável, por assim dizer.

**Otávio** - No fundo, o que a gente está falando aqui, eu e a Marília, é um resumo do que a gente diz em quatro horas; então, está sendo um pouco condensado. Mas, de certa forma, a gente tem que ter esse cuidado. Existem vários pesquisadores que discutem como você escolhe um bom indicador. Um deles é o Paulo Jannuzzi, que eu recomendo como um grande pesquisador da área. Aqui a questão de dados e indicadores, então, a gente tem aqui dados censitários, por exemplo, são estimativas amostrais, registro administrativo, são as matérias-primas para as construções de indicadores. A gente vai criar indicadores a partir de alguns bancos de dados que existem. Aqui a gente tem indicador social e formação para análise e decisão de política pública. A maior parte dos indicadores que nós trabalhamos tem a ver com políticas públicas ou para avaliação ou para perceber se ela está sendo bem executada. Então, os dados brutos são levantados a partir das estatísticas públicas e eventos empíricos da realidade social. Muitas vezes, nós precisamos desses dados de eventos empíricos. Por exemplo, eu quero saber qual que é a frequência de pessoas num parque. Eu não consigo isso com estatísticas públicas, dados brutos. Eu vou conseguir isso fazendo uma pesquisa *in loco*. Então, a gente tem basicamente dois grandes grupos de indicadores. Nós produzimos,



quando eu estava em SVMA, aquela publicação Indicadores Ambientais Urbanos e ele trabalhou com esses dois conceitos, tanto de indicadores sintéticos quanto de sistema de indicadores. Então, indicador sintético, a grosso modo, eu resumi um banco de dados muito extenso em um único indicador, por isso que ele é sintético. O IDH é um bom exemplo e vai buscar dimensões de renda, escolaridade e longevidade em um indicador único. Ele é muito bom para eu mostrar uma situação, porém os técnicos - o que analisa aquilo a fundo - prefere um sistema de indicadores, ou seja, eu vou ter vários indicadores para me mostrar um fenômeno. Aquilo que foi mostrado na apresentação anterior é basicamente um sistema de indicador, não é um indicador sintético, mas, muitas vezes, existe uma preferência com isso porque ele é de mais fácil publicização. É muito mais fácil eu falar o IDH de um Município é "x" do que eu mostrar todos os indicadores que levam àquele resultado. Então, às vezes, a discussão entre um e outro é diferente. Aqui tem um exemplo dos dois. Então, IDH é um indicador sintético porque leva três componentes e junta num indicador sintético e aqui a gente teria um equivalente de um sistema de indicadores. Se eu for trabalhar com educação, eu teria vários outros indicadores, por exemplo, taxa de universalização de alfabetização, demanda por ensino básico, vagas para creche... Então, assim, a construção que eu faço não é um sintético, ela é derivada de uma série de outros indicadores. E, aqui, é um exemplo daquela publicação Indicadores Ambientais Urbanos, que nós fizemos quando eu estava no Verde, nós conseguimos através de um método de análise multicritério sair de trinta e quatro indicadores agregando um a um até um indicador sintético, que são os índices socioambientais de todos Distritos de São Paulo. Isso é um exemplo de como consigo trabalhar tanto com indicador sintético como com sistema de indicadores. Então, tenho todos os indicadores, eles são juntados em grandes temas, esses temas são juntados depois tanto no índice ambiental como no índice social e, depois, eles viram um indicador sintético. Existem pesos aqui, tá? Eu posso criar pesos. Esse sistema ele foi feito exatamente no contexto dessa publicação.

**Marília** - Falar um pouco aqui do trabalho que a gente faz. A gente dá apoio na construção de indicadores. Então, a gente senta junto com as Secretarias e tenta pensar juntos como que a gente poderia criar um indicador; a gente analisa os dados que já existem na plataforma. Como que a gente faz isso? A gente produz, no setor que a gente trabalha - que é o GEOINFO -, informes urbanos com os dados que a gente trabalha por lá. Então, tem alguns temas que a gente aborda e isso vira um boletim que é publicado



a cada mês ou a cada dois meses, dependendo da demanda ou dependendo da construção dos textos. Os últimos que a gente tem foi sobre mercado imobiliário - a gente está na SMUL - e um que a gente publicou em março, abril, que foi sobre violência contra a mulher aqui na cidade de São Paulo. A gente também apoia a questão da coleta dos dados. A gente caracteriza essa informação, esse dado, na verdade, e disponibiliza em forma de indicadores na plataforma. Esse é o nosso trabalho. Aí a gente fez aqui um gráfico só para mostrar mais ou menos como que estão distribuídos os temas na plataforma. A gente tem uma parte de educação, que tem mais ou menos dez por cento do conteúdo; transporte, tem mais outros dez; saúde, doze por cento; meio ambiente, três por cento. Sim, a gente precisa pensar em novos indicadores e por isso a gente vai sentar, como a gente faz sempre, e rever e revisar o que a gente já tem; e os outros sessenta e cinco por cento, a gente colocou outros, porque é bastante abrangente, vai desde acessibilidade, pessoa com deficiência, segurança urbana... Tem uma série de temas que a gente tem lá: são dezenove ou vinte agora. Com o PPA e o Programa de Metas acho que a gente está com vinte e um temas na plataforma. Acho que a gente podia agora era mostrar o site para o pessoal dar uma olhada. *(Não tem como acessar? Ai, jura, está sem acesso à Internet?)*

**Otávio** - Bom, em todo caso vocês podem acessar ele, é fácil de entrar, achar. Chama OBSERVA SAMPA. Colocando qualquer mecanismo de busca, é fácil de achar.

**Marília** - A gente não colocou porque a gente tinha certeza que a gente conseguia entrar na Internet para mostrar um pouco para vocês. É dividido pelos temas e depois você consegue regionalizar a informação que você deseja pesquisar. Não sei, se vocês tiverem alguma dúvida, alguma sugestão, a gente está aberto, à disposição para vocês.

**Otávio** - Só finalizando. A gente pede desculpa por ter corrido na apresentação porque na verdade essa apresentação, como eu disse, é uma apresentação de quatro horas, que a gente faz para apresentar. E a gente tentou condensar o máximo possível.

**Marília** - A gente separou aqui alguns dos indicadores que a gente tem de Meio Ambiente. Tem a questão da poluição do ar, que é medida pelo transporte municipal e está no Programa de Metas. Esses indicadores são divididos em três, se eu não me engano: CO<sub>2</sub>, SO<sub>4</sub>. São 3 indicadores de poluição do ar; e resíduos, a gente tem a coleta seletiva, varrição, a coleta de orgânicos. Área verde a gente tem também



alguma coisa sobre cobertura vegetal, área verde pública e geral, né? E a questão das visitas aos parques, que, também, se não me engano, faz parte do PPA, do atual, que também integra a plataforma. Então, é isso, gente; o que a gente tinha para mostrar. É uma pena que a gente consiga mostrar o site para vocês, obrigada. *(palmas)*

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Nós vamos propor para deixar as intervenções para o final, porque uma apresentação ela liga na outra, Ok? Então, nós vamos para o 3º ponto da ordem do dia: apresentação dos “Indicadores Ambientais da Cidade de São Paulo – Panorama” pela Conselheira Vivian Prado Fernandes, representante do DEPLAN, por gentileza. Muito obrigado.

**Cons. Vivian** – Bom, bom dia a todos, dentro aí do que foi proposto ao Departamento de Planejamento Ambiental de trazer um pouco do que é o universo dos indicadores ambientais na cidade de São Paulo, a gente preparou esse breve panorama. E aí, a gente começa um pouco com o histórico do que é o assunto indicadores ambientais nas ações da SVMA ao longo de todos esses anos. A gente começa lá em 2002 com todo um levantamento, diagnóstico e das bases de informação que deveriam definir a política pública para áreas verdes do Município de São Paulo. E, aí, a gente tem a edição do Atlas Ambiental do Município de São Paulo. Todas essas publicações estão disponíveis nos links da página da SVMA, acessíveis a todos. A gente também, tem, como a Marília comentou, a edição do Decreto 41.173, que eu já vou falar mais um pouco dele e a Lei 13.155, que tem a ver com o CADES e a questão da obrigatoriedade, com a criação do CONFEMA, da gente ter que fazer diagnóstico ambiental na cidade e prover um sistema de indicadores. A gente tem o nosso primeiro grande diagnóstico, que é GEOCIDADES, já vou falar também. A publicação de indicadores ambientais de gestão urbana, que é o que o Otávio comentou, que também já foi editado, e hoje o que a gente faz de mais próximo é a questão do acompanhamento da lei de desempenho da gestão, para os indicadores do meio ambiente que é a Lei 14.173. Então, é isso, a competência é atribuída a SVMA pelo Decreto 41.173 de 2002, que regulamentou a Lei 13.155, que criou o FEMA, e no art. 8º §1º é competência de SVMA realizar o diagnóstico ambiental do Município de São Paulo, no prazo de até um ano a contar da aprovação pelo CADES. Aqui a gente começa a pôr uma contextualização: qual é a importância desse Conselho nessa questão de observar e acompanhar esses diagnósticos e esses levantamentos e a ideia também de puxar o acompanhamento dos sistemas de



indicadores (*mais um por favor*). Então, a gente tem o cumprimento também dentro desse escopo das disposições do Plano Diretor Estratégico, instituído lá em 2002 na Lei 13.430, que traz a questão do sistema de indicadores ambientais e a questão da elaboração dos Relatórios de Qualidade do Meio Ambiente – os RQMAs. E, aí, a gente tem aqui embaixo toda a participação do CADES na construção desse diagnóstico, lá nos idos de 2002, 2003, através dessas Resoluções, através do estabelecimento de Comissões Especiais para proposição de indicadores para o diagnóstico ambiental, aprovação do relatório da Comissão, que sugere a adoção de indicadores subsidiando a elaboração do diagnóstico, aprova a adoção da metodologia GEOCIDADES e fixa o prazo de conclusão dos trabalhos e aprova matrizes de indicadores paulistanos. Então, essa foi a publicação de 2004. É uma metodologia do Programa Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Foi aplicada essa matriz de pressão, estado, impacto e resposta. É uma condensação dos indicadores... em relação às dinâmicas de demografia, dinâmica social, econômica e territorial; indicadores de estado e da condição do meio ambiente em si; os impactos (*ininteligível*) efeitos dos recursos naturais e à qualidade de vida relacionada e o que seria os indicadores de resposta, que são as ações da sociedade e do Poder Público para poder conformar esse cenário. E, aí, a gente tem também indicadores ambientais de gestão urbana, que é o trabalho até que o Otávio comentou que participou. Ali foram trabalhados esses dois universos: os indicadores sintéticos e indicadores do sistema. Esses indicadores sintéticos, então, foram condensados nesses cinco: adensamento vertical e precariedade; cobertura vegetal e controle urbano e conservação de biodiversidade. Dentro, ainda, pensando naquela metodologia. E, aí, a gente teve como resultado a tipologia, quatro tipologias de Distritos na cidade, analisando os que concentram as áreas prestadoras de serviços ambientais, as áreas de precariedade urbana, o adensamento vertical relacionado com as ações de controle urbano e uso e ocupação do solo; e a baixíssima presença de cobertura vegetal, para dar um panorama de planejamento e tomada de decisão mais espacializada). E, agora, o que a gente está tendo com esse novo Programa de Metas 2017/2020, ele entrou no projeto SAMPA VERDE a elaboração de um relatório de indicadores de sustentabilidade. Se vocês forem ver, a gente saiu lá de 2008 e agora está voltando à discussão de novamente propor um relatório que venha com uma consistência. Esse relatório já está amarrado também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, logicamente no desenvolvimento, no objetivo 11, mas



também no objetivo 16, que são instituições fortes e parcerias em prol de metas porque a gente entende que, quando você disponibiliza dados consistentes, você consegue trazer parcerias e consegue se fazer uma instituição confiável na questão de quais são as políticas que você está conduzindo. Então, falando um pouco do que a gente ainda está acompanhando, a gente majoritariamente se prende na Lei 14.173, que são os indicadores de desempenho da gestão, como a Marília comentou. São seis eixos, entre eles o eixo de proteção ao meio ambiente. Desses indicadores, no capítulo 2, seção 4, a gente tem aí três artigos que definem o que a gente deve acompanhar. No art. 14 a gente tem área verde por habitante, área de lazer e qualidade do ar e da água, a gente tem a questão da poluição sonora e da poluição visual. A gente tem problemas conceituais e operacionais com a aplicação da Lei 14.173. Há muito tempo a gente vem discutindo; isso está também na esfera de debates do Comitê Intersecretarial de Indicadores. Então, a SVMA, sempre na medida dos melhores esforços, tenta prover as informações. Algumas a gente não consegue fechar porque não são da nossa competência; é difícil manter a consistência de obtenção de alguns dados. Então, a gente não está trazendo, por exemplo, os indicadores do PSIU e os indicadores da Lei Cidade Limpa. Alguns não são da nossa gestão e produção; então, é muito difícil. A gente tem de esperar também os relatórios do Estado, por exemplo, para poder aí conformar alguma leitura e daí pensar o que fazer, por assim dizer, e tem indicadores em que a concepção conceitual deles, em si, é bastante comprometedor e a gente não consegue trazer todas as Secretarias para a mesa, para conseguir fazer. A gente tem o Comitê de Indicadores Intersecretarial que está tentando intermediar tudo isso com a gente. Então, aqui é um exemplo do indicador de área verde pública. A gente tem as áreas das Regionais, a gente faz o acompanhamento da proporção de área verde pública no total da Regional e também a área verde pública, por habitante, por metro quadrado. Entram, aqui, como área verde pública, as áreas dos parques municipais, naturais, urbanos, lineares, as áreas dos parques estaduais que têm no território e também as áreas das Prefeituras Regionais, áreas ajardinadas em canteiros, praças, avenidas e próprios municipais. Aqui é só um exemplo. Aqui, então, é um acompanhamento, uma evolução por Regional da série histórica, desde 2011 até 2017, dessa proporção de área verde pública na cidade. Aqui é um gráfico que mostra um pouco a evolução do indicador que a gente acompanha; então, a gente saiu lá em 2011 de nove vírgula vinte e cinco por cento da área do território do Município com área



verde pública; e, hoje, a gente tem doze vírgula setenta e um por cento do território. Desses doze vírgula setenta e um, a gente tem impacto em dezesseis vírgula setenta e três por cento de população e aqui a gente tem um acompanhamento do que tem sido o crescente, o aumento de área verde pública por Regional. Em relação aos índices de qualidade do ar, o indicador não é nosso, o dado não é nosso, é da CETESB, então, a gente, por exemplo, com a qualidade do ar acessa o sistema com o QUALAR, que é da CETESB, que vocês podem também acessar diretamente, diariamente, para saber como é que fica. Aqui a gente fez aqui um exemplo no dia 8 de agosto; então, a qualidade, naquele momento, era moderada. E a gente compila lá no DEPLAN, porque a gente também precisa informar no escopo da Lei 14.173, as médias históricas desses relatórios da CETESB. Então, aqui a gente tem majoritariamente e surpreendentemente, maior parte do ano, para materiais particulados de dez micra e dois e meio micra uma boa qualidade do ar nas dezesseis estações de medição existentes território. Lembrando que esse é um dado que já vem da CETESB e a gente evita ficar mexendo muito nele porque a gente não tem ainda uma articulação mais próxima, em tese, para poder desdobrar outras análises. Sobre a qualidade da água do sistema fluvial, as análises são divididas em, pelo menos, três índices. Um é o índice de qualidade das águas, que varia de zero a cem e, aí, você tem de ótima a péssima, e ele mede, principalmente, parâmetros de qualidade que refletem o lançamento de esgoto doméstico nos rios da cidade e ele foi desenvolvido para avaliar essa qualidade, incorporando essas variáveis, nove variáveis, tendo como determinante principal o abastecimento público e os aspectos do tratamento dessas águas. Então, temperatura, PH, oxigênio dissolvido, DBO, coliformes, nitrogênio, fósforo, resíduo total e a turbidez da água (*pode ir*). Aqui é uma série histórica 2012-2015; obviamente, nossos rios, todos sabemos, infelizmente, não são estão vivos, em tese, mas aí a gente compila essas médias anuais. Os dados para 2016, houve uma mudança de metodologia na CETESB, a gente não recebeu resposta em tempo hábil do pessoal da equipe técnica, lá. E houve algumas mudanças de leitura para os anos de 2016-2017, por isso que a gente acabou não compilando aqui. E, aqui, é a proporção; então, se a gente pegar a linha de corte ali, que é a partir do quarenta, pelo menos de vinte a quarenta; de quarenta está ruim e para cá começa a ficar regular, a gente vê que, majoritariamente, só os nossos grandes reservatórios ainda têm, os reservatórios nas áreas de mananciais ainda têm alguma qualidade preservada. O IAP, o índice que é composto pelo próprio IQA e outros parâmetros que avaliam as substâncias tóxicas



presentes na água e aí cria esse índice de substâncias junto, esse Índice de Substâncias Tóxicas Organolépticas. Esse IAP só tem medido nas estações da Guarapiranga e da Billings e a gente vê aqui que ele gradativamente vai melhorando, mas tem algumas pontuações aqui que a gente não conseguiu identificar o porquê dessa súbita melhora; enfim, a gente está discutindo ainda. O IVA, que é o Índice de Vida Aquática, que também tem a questão do impacto da flora, da proteção de fauna e flora nos rios da cidade, a questão de contaminantes químicos tóxicos. E, aí, também esse monitoramento é feito nas áreas de mananciais, nos reservatórios de Guarapiranga e Billings e a gente tem essa flutuação. A demanda bioquímica de oxigênio, que é a quantidade de oxigênio necessária para oxidar a matéria e é normalmente considerada como a quantidade de oxigênio consumida num determinado período de tempo; temperatura e incubação. Alguns teores de matéria podem induzir a um completo esgotamento de oxigênio e valores elevados de DBO indicam um incremento de microflora, o que pode interferir no equilíbrio da vida aquática, além de produzir odores e sabores desagradáveis e obstruir filtros de areia, enfim, nas estações de tratamento, e uma das causas mais frequentes, é uma das causas mais frequentes da mortandade de peixes é a baixa concentração. E aqui a gente tem um panorama, majoritariamente, os rios que estão na área urbana da cidade são bastante comprometidos nessa questão, então são considerados rios mortos. São dezesseis, dezessete pontos de amostragem. Aqui a mesma coisa, a partir da medida de trinta, alí, a gente consegue ter um panorama de como que a situação das águas está ruim. A gente também o oxigênio dissolvido, que é um indicador que tem função na questão de temperatura, salinidade e pressão. A partir de 5 mg/l, menores do que 5 mg/l a gente já diz que está sofrível e a gente tem uma condição de hipoxia a partir de dois. Então, aqui a gente vê também, poucos (*ininteligível*) majoritariamente são só as áreas de mananciais e alguns pontos de coleta mais para acima, não necessariamente na área urbana do Rio Tietê e Pinheiros, que a gente tem boas leituras. E aqui de novo também, a partir de 5 mg ou a partir de 2, conforme se lê e a gente vê que só mesmo nos reservatórios a gente tem alguma coisa ainda de oxigênio. E, aí, algumas outras iniciativas que não estão abarcadas pela lei de desempenho, mas que a gente também acompanha. Um é o indicador de cobertura vegetal, que a gente está revendo a metodologia, por isso que a gente não trouxe aqui o consolidado, mas a gente tem aqui a questão da densidade de arborização urbana no viário da cidade. Então, a gente faz algumas leituras de proporção e distribuição.



Sobre o levantamento do inventário que foi feito em 2010, sob coordenação das Regionais, por sensoriamento remoto (*ininteligível*) Emplasa. E aqui a gente tem a distribuição por quantitativo de indivíduos arbóreos por Prefeitura Regional, que a ajuda a gente também a organizar políticas de planejamento de arborização e tudo o mais. A gente tem também os indicadores de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, que é uma plataforma do sistema da gestão urbana, e a gente tem a questão de incorporar a agenda ambiental no desenvolvimento da cidade, então, tem toda uma construção em cima disso. E é um indicador que se acompanha mais de implementação dos instrumentos de planejamento e uso e ocupação do solo. E aí alguns desses indicadores. Esses são os indicadores, né? Licenças ambientais, áreas demarcadas como ZEPAMs, distribuição dessas áreas em relação aos parques planejados e existentes, distribuição dos parques por categoria de parque, a utilização do FUNDURB para o sistema de saneamento ambiental. E, aí, quando você entra lá nessa plataforma monitoramento, você clica em cada um desses indicadores, existe uma construção em cima desses dados e que a gente pode mudar aqui por unidade territorial de análise e fazer acesso ao sistema de indicadores. E a gente tem a história também dos Comitês, como a Marília comentou. O Comitê Intersecretarial de Indicadores, criado lá em 2014 pela Portaria Pref, que é propor, elaborar e divulgar os indicadores e culmina aí com a disponibilização deles na plataforma do OBSERVA SAMPA, que eles apresentaram. Ele tem caráter deliberativo e tem outras atribuições - consolidar e divulgar os indicadores previstos na lei de desempenho, além de propor novos indicadores e a metodologia de coleta de dados e informações. E o Comitê Intersecretarial de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PDE, que é esse da plataforma que eu comentei anteriormente, também de caráter consultivo, e mantém atualizados os indicadores de monitoramento e avaliação do PDE, revisa e aprimora o conjunto de indicadores, aprecia o relatório anual de avaliação, apoia a implementação de melhoria da base de dados, acompanhando a produção de dados e, quando necessário, solicita dados de mais agentes públicos. Por que tudo isso? É importante também contextualizar que, com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, lá em 2011, houve uma pressão muito grande, começou, né? Na verdade, sempre existiu, mas aumentou a pressão do município como fiscal também da informação. A lei foi promulgada em 2011, se não me engano, o Decreto aqui no Município saiu logo em seguida, em maio de 2012 e, a partir de lá, começou, na Prefeitura, toda uma mobilização para começar a ter cultura de



informação dentro das Unidades da Prefeitura, para que a gente consiga disponibilizar dados qualitativos e quantitativos com consistência e real acompanhamento do que possa ser essa interpretação da realidade. A gente sabe que tem algumas deficiências, mas a gente vê, eu, particularmente, pelo menos, estou indo para dez anos de carreira, eu vejo um movimento muito forte dentro da Prefeitura agora com essa questão de realmente validar e transformar tudo em dado aberto para que, realmente, venham maiores contribuições da sociedade civil, principalmente na questão também da fiscalização da gestão pública, no desempenho das políticas públicas de meio ambiente e outras. E aí o DEPLAN, a Divisão do Sistema de Informações, é a responsável, junto com o DEPLAN 1, que é a Divisão de Planejamento Ambiental, para fomentar essa discussão dentro da SVMA e na parceria com as outras Secretarias do território para a gente conseguir finalmente criar e instituir o Sistema de Indicadores Ambientais, o Sistema de Informações Geográficas de Meio Ambiente, tudo isso integrado com os outros sistemas da Prefeitura, como o próprio GEO SAMPA e o HABITA SAMPA e tantos outros. É isso, obrigada. *(palmas)*

**Cons. Angelo Iervolino** – Por uma questão de ordem. Eu precisaria sair. Eu tenho médico e eu queria saber, como é minha última reunião, eu tenho umas coisas que eu deixei no passado, se eu podia falar rapidamente, não dá pra mim esperar a apresentação do meu amigo. É bem rapidinho. São uns pontos de pauta que ficaram anteriormente.

**Rute Cremonini de Melo (Secretária Executiva)** – Nós temos tudo anotado.

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete)** – A gente adoraria, mas a gente vai quebrar e trancar um encaminhamento que está dado, porque tem uma sequência.

**Cons. Angelo Iervolino** – Tá, então eu vou mandar por escrito.

**Rodrigo Ravena (Chefe de Gabinete)** – O Senhor pode mandar pra mim e eu trago de volta para o CADES.

**Cons. Angelo Iervolino** – Eu queria só fazer um lembrete; na última reunião que eu participei, eu informei da necessidade de se escolher o Conselheiro para substituir a Sueli no FMSAI. Não sei se foi feita a reunião porque na convocação ainda veio o nome da Sueli e ligaram para mim se eu poderia ir para dar quórum. A reunião parece que é amanhã.



---

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Foi feito, é o Marcos Moliterno. Que...

**Cons. Angelo Iervolino** – Porque na convocação ainda saiu o nome da Sueli e não sei se o novo Conselheiro foi avisado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Já, já foi.

**Cons. Angelo Iervolino** - Então, vai ter representação lá no Verde? Então, nem vou amanhã, tá?

**Rute Cremonini de Melo (Secretária Executiva)** - Obrigada

**Cons. Angelo Iervolino** – Obrigado e até qualquer hora (*vozes e palmas*)

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Agradecemos à Renate, Marília Araujo, Otávio Prado, Vivian Prado pelas apresentações e abrimos agora para manifestação dos Conselheiros. O primeiro inscrito é o Thobias. Eu pediria para a gente atentar para 20 minutos as observações porque a pauta está um pouco extensa no dia de hoje. Obrigado.

**Cons. Thobias Furtado** – Thobias, do PIC. Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Devair pelas três apresentações. Eu acho que esse é o momento que a gente tem de dar muito atenção; o momento em que a gente está discutindo aqui como a gente pode melhorar a dinâmica do CADES, os resultados e efeitos do CADES e a pauta não podia estar melhor, com o Jabs começando e falando do esforço pela governança dos Conselhos, como um todo, como a gente discutir os indicadores, o que é feito, o que pode ser feito, ou não, e a Renata trazendo essa pincelada importante, que é essa dimensão de resultado do Banco Mundial. Antes de pontuar isso especificamente, o que eu gostaria de colocar para vocês? Este Conselho, acho que todos sabem, não é um Conselho de Meio Ambiente, não é um Conselho ambiental, ele é muito mais do que isso, é um Conselho de Desenvolvimento Sustentável. E a ideia de ser de desenvolvimento é que faz dele tão importante. Talvez, por que ele é hoje abraçado pela Secretaria de Meio Ambiente? Porque a Secretaria de Meio Ambiente é quem tem essa incumbência de abraçar, de repensar e de ajudar com que as outras Secretarias repensem e melhorem o que é feito. Se a gente passa o resultado desse esforço do Banco Mundial, que é organizar em quatro grandes colunas, ou quatro grandes agendas, como a gente poderia repensar o desenvolvimento sustentável e trazer para este Conselho em forma



de relatório mensal, junto com indicadores, a gente começa a ter aí um horizonte. Porque, imagina só! Se você é uma empresa e o executivo dessa empresa traz que o faturamento está aumentando todo mês, mas você fala "poxa! não é o faturamento que eu quero olhar, eu quero olhar também a rentabilidade". A gente tem de fazer isso: o que a gente quer olhar nessas quatro dimensões? E a primeira pessoa a responder é o nosso Executivo, são as próprias Secretarias. Então, a gente tem de trabalhar muito em conjunto e começar no CADES a pensar nessas quatro agendas. Mensalmente, quando a gente receber o relatório, com a Ata do passado, com a pauta do futuro, imagine só, gradualmente, a gente também ter indicadores que a própria Prefeitura vai coletando. A gente vai melhorando isso mês a mês nesses quatro quesitos. Tem gente aqui que é do CREA, tem gente que é de arquitetura, tem gente que é de desenvolvimento. Acho que tem tudo a ver com o clima de negócios, com a oportunidade, com a sistemática. Então, a gente deveria ter uma agenda urbana que o CADES deveria apoiar com a chancela. Igual a gente deve ter, que é quase que natural nosso, essas agendas centrais de ações climáticas e meio ambiente. E não por menos, igual tem representatividades aqui da Secretaria de Assistência Social e de outras, pensar aí... água e esgoto, que é Departamento, que também é CREA, de pensar também na qualidade de vida. Pensem no plenário, em um ano do CADES, a gente tendo um relatório todo o mês com indicadores específicos de cada uma dessas quatro. Imagina a beleza que é você poder chegar em casa e poder falar "Olha, São Paulo está melhor hoje do que estava ontem". Porque eu sinto essa dificuldade como Conselheiro do CADES; a gente está andando ou não está andando? Então, o que é que eu sugiro. Eu passaria de volta a vocês; eu gostaria de escutar os outros, mas, se a gente de alguma maneira - eu sei que a limitação de tempo de voluntariado nossa é reduzida -, mas, se de alguma maneira, a gente pudesse, paralelo ao CADES, com a chancela do CADES, ir pensando tudo nessa nova estrutura de Conselho, ter agendas que a gente possa envolver os "CADINHOS", que a gente possa convidar as sumidades que, eventualmente, seja até fora - instituições de ensino, em hotéis, o que for. Tratando de coisas redondas para serem tratadas em plenário, poxa! O CADES, de fato, vai ser o Conselho de Desenvolvimento que eu vou ter orgulho de falar que eu participo. Obrigado.

**Cons. Cristina Palmieri** - Bom, Cristina Palmieri, da UGT. Primeiramente, parabenizar, porque foram excelentes as palestras, o conteúdo, a receptividade e, ao mesmo tempo, dizer o seguinte: a colocação do Thobias é pertinente. O que é que a gente encontra



quando a gente fala em Agenda 2030 são metas obrigatórias e os indicadores têm de se adaptar a essas metas. E todos os dezessete objetivos que são colocados na Agenda, eles interagem, estão integrados. Então, não tem como sair. E desenvolvimento sustentável, ele vai além das três dimensões - ambiental, econômica e social. Então, tem a questão da cultura da realidade de cada território, outras questões transversais que, aqui, a felicidade de ter agregada à Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável é uma dimensão onde impacta a vida de todos nós; de toda uma sociedade. E São Paulo é referência. Bom, mais de doze milhões de habitantes, como trabalhar essas questões? Agora, aqui está um começo, porque se São Paulo estivesse redondinho, ninguém estaria aqui. As propostas não seriam trazidas. Agora, o interesse e o objetivo, creio eu que é o mesmo: que São Paulo queremos? Aonde nós vamos, para onde, como? É minimizar impactos. Agora, a questão da educação para mim é primordial. Então, tudo o que se fala, coloca aqui, sem a questão da educação, não só a questão da educação ambiental, mas a questão continuada, a educação continuada... A academia junto, que é imprescindível. O que é que para prevenção nós temos de formar um quadro de profissionais... Então, tudo isso está envolvido. Então, quanto mais a gente debater, trazer trabalhos aqui, com qualidade. Já, porque, se na tecnologia - porque minha área é engenharia - existe sempre um avanço de superação visando à qualidade de vida, a gente tem de avançar. Então, para avançar, a gente precisa se envolver, se superar constantemente. Então, tudo o que foi apresentado, a gente quer se superar. Pensar sempre na superação, como melhorar? Isso envolve a sociedade. Aí, eu faço uma outra pergunta, que eu não entendi... Existe uma série de reestruturação, os DGDs, por exemplo, como a educação ambiental nos territórios vai ficar? Porque a gente tem de trabalhar com a sociedade civil essas demandas. Então, o mapeamento é importante, esse diagnóstico é importante, a análise é importante. Agora, precisa um planejamento, uma proposta que tenha continuidade. Não é só nesta gestão, é para as próximas. Então, a gente precisa alinhar isso. Planejamento é tudo; é execução, mas também o monitoramento. Então, como que a gente pode. Nós temos aí grandes eventos, conferências acontecendo, nós temos a do clima, o impacto aqui na sociedade; a questão da água, saneamento, arborização. Eu vejo uma série de questões que estão sendo tratadas de forma, às vezes, fragmentada. Então, como é que as outras Secretarias... Esse Comitê, que eu acho super importante do trabalho, de como a gente pode trabalhar, porque eu não conheço o metier dentro daqui; eu não



conheço como funciona. E a cada gestão, muda. Como é que a gente pode trabalhar junto e levantar essa pauta de trazer outras questões que são pertinentes para a gente dar continuidade, pensando numa agenda que tenha interatividade.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Rodrigo Ravena. A questão específica de como vai funcionar vai ser apresentado no momento certo; não posso abrir antes de estar aprovado. A aprovação não depende só da Secretaria, depende de passar por outras instâncias do Governo. Até porque a alteração impacta e tem reflexo direto nas metas e no cumprimento de ODS, que permeiam a administração da Prefeitura como um todo. Então, a gente chega lá quando for... Mas eu concordo com tudo o que foi falado. E acho que esse ponto específico de indicadores, governança, gestão pode apresentar um caminho mais saudável para o CADES. Para a gente começar a trabalhar dentro de linhas de ação e acho que essa proposta é bem interessante, de a gente estruturar grupos de trabalho, grupos de formação de opinião e de alinhamento de governança dentro desses quatro macro modelos, que não, necessariamente, são os que são adotados para dentro da Secretaria nem para dentro das outras Secretarias nem para os indicadores específicos que a Secretaria levanta. Mas que podem ser apropriados esses indicadores e fazer as indicações que são de desenvolvimento sustentável. A gente não pode esquecer isso; a gente não está falando só de árvore, a gente não está falando só de meio ambiente, a gente está falando de uma cidade, a gente está falando de sustentabilidade. E a sustentabilidade não é apoiada só no verde. A sustentabilidade tem quatro pés, cinco pés, seis pés, oito pés. Ela envolve gente, envolve dinheiro, envolve parceria, envolve árvore, e biodiversidade, o que seja. Então, a gente não pode pensar no CADES só do ponto de vista pequeno; a gente tem de pensar do ponto de vista grande. E eu acho que assim... pensando em nome da Secretaria, não pensando em sobrepor nada, nem conflitar nada do que é feito pela gestão ou pela Prefeitura com o que o CADES vai fazer. Mas eu gostaria de sugerir que a gente passasse a pensar nesse sistema, adotar esse sistema dividido em quatro, que não está mais na tela, mas é como um sistema da gente se dividir e das contribuições serem mais diretas e mais concentradas para esta reunião. E para que as reuniões, além do que está na pauta que, normalmente, é diverso mesmo e está pouco concentrado, possa trazer para a pauta das reuniões ordinárias assuntos um pouco mais complexos, com pautas um pouco mais complexas. Então, eu estou fazendo a proposta de que a gente veja quem quer e quem se disponha a participar.... como o Thobias mesmo falou, a gente já tem pouco tempo, a



gente já está exprimido, a gente tem um monte de coisas para fazer. Se doar mais um pouquinho para fazer parte de um desses grupos e iniciar uma discussão um pouco mais profunda e de um direcionamento um pouco mais claro para a atividade do CADES.

**Cons.Thobias** – Como membro aqui relator da - Thobias - da Câmara Técnica de pauta, o que o Ravena falou conosco está alinhadíssimo com o pensamento da Câmara Técnica. A gente quer estruturar pautas relevantes, coesas, com princípio, meio e fim e com potencial de mudança para o Conselho. Então, a gente está agora acatando - a Rute tem uma lista gigante de sugestões de pautas históricas -, a gente está querendo dividir essas pautas dentro dessas quatro agendas. E, aí, o que é que a gente está passando para vocês: a oportunidade de vocês – sei que tem gente que tem mais vocação, interesse, know-how, expertise em uma agenda do que outra – para que vocês possam nos ajudar, dentro daquela agenda, a priorizar essas pautas e a substanciar essas pautas, para que o que chegue aqui no CADES seja algo realmente relevante. E, aí, em conformidade com o que o Ravena falou, a gente pode começar a fazer um esforço junto com o pessoal da OBSERVA SAMPA, junto talvez inicialmente até o próprio DEPLAN para a gente ter no relatório mensal do CADES já um pequeno esboço de indicadores que vão nos nortear, mês a mês, se a gente está indo no caminho correto ou não. É exercício contínuo de governança. Então, o que é que eu sugiro aqui pra gente... Se vocês tiverem... O que é que eu gostaria? Ninguém está pedindo aqui para as pessoas gastarem mais tempo, saírem do trabalho os voluntários, que eu sei que é difícil e assusta muitos, mas se você tem alguma sinergia com algumas dessas agendas, uma vontade de tramitar um assunto dentro dessas agendas, se inscrevam – num papel, a gente pode passar um papel aqui – mas se inscrevam para... serem abastecidos de informação do que é que está acontecendo naquela agenda específica. Muitas vezes, os objetivos das ODSs, mudanças climáticas, tem muita gente aqui que poderia estar dividindo isso, ainda que de maneira virtual, e comparecendo e fortalecendo essa agenda de mudanças climáticas. Outras, de economia, preocupado com o uso do solo e etc. O nosso interesse maior aqui, de pautas, encabeçado aqui pela Renate, que é presidente da Câmara Técnica de Pautas e está trazendo essa metodologia para a gente, esmiuçada para vocês, e debatida, é criar, de fato, algo que potencialize o papel do CADES.



**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Intervenção da Sonia, depois da Rosa e a resposta da Marília logo após, está Ok?

**Cons. Sonia Hamburger** – É Sonia, do Centro-Oeste 1. Eu queria só chamar a atenção de que essa proposta (*vozes ao fundo*) Eu queria chamar a atenção da responsabilidade do CADES com relação à sua atuação deliberativa dos licenciamentos da cidade. Então, essa proposta que está sendo trazida para que a gente tenha subsídios e divididos nesses quatro parâmetros e indicativos, tem um reflexo direto na responsabilidade do Conselho no licenciamento de obras - grandes obras e pequenas obras que sejam – e da aprovação que são feitas aqui. Então, eu queria que todos tivessem isso em mente, que o CADES tem uma força, porque ele é um Conselho deliberativo. E deliberar sem informação é uma irresponsabilidade

**Cons. Renate** - Posso falar? Exato. Eu vou pedir para colocar os temas de novo e esses papéis que a gente distribuiu aí é para cada um colocar o nome e dizer se se interessa por qualquer um dos quatro quadrados. Daí a gente começa a se organizar. Pode ser? Obrigada. E, aí, a gente recolhe os papéis, dobra eles bonitinho, é assim, modelo tupiniquim.

**Cons. Rosa Ramos** - Bom dia, Rosa Ramos, da OAB. Inicialmente, eu queria só fazer um esclarecimento em relação a uma colocação. Foi colocada em relação a participação do advogado aqui na mesa, esclarecer que a OAB está aqui em nível de igualdade com todas as outras instituições e entidades, não estando aqui fazendo o papel de advogar em causa de nenhuma outra instituição. Em relação à apresentação – e aqui me chama a atenção a forma como foi colocada – que ela não é deliberativa. Nós não estamos deliberando aqui acerca da formação de nenhum grupo e nenhuma outra questão que não seja tomar conhecimento desse material que foi apresentado. Elogiável, eu acho a iniciativa excelente; eu acho que é muito importante para o Conselho trazer esse tema. Afinal de contas, desde que eu participo dos Conselhos de Meio Ambiente, a gente sente falta de indicadores, de números e de informação. Então, eu acho que é um papel extremamente importante que os Conselheiros dessas instituições tomam de iniciativa para começar esse trabalho. Mas eu gostaria de alguns esclarecimentos em relação à própria apresentação, no item 3, motivo pelo qual alguns indicadores, alguns índices estão somente até 2015. Isso reforça, de fato, a importância que é, no mínimo, a atualização. Índices extremamente importantes, como, por exemplo, a questão dos



recursos hídricos, só estão atualizados, pelo menos foi apresentado aqui, até 2015. Gostaria que respondessem acerca disso. A outra questão, falando, viu, Rodrigo, em plena Era Digital a gente não ter aqui um sinal de Internet no CADES para que possa complementar a apresentação da secretária. Então eu acho que isso é extremamente relevante uma estrutura para que a gente possa fazer a apresentação completa.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Bom, quanto ao sinal, o sinal está aberto, é sinal SMUL, tá? É wi-fi. O sinal está aberto. O wi-fi é aberto; não sei se o nosso computador é novo o suficiente para ter wi-fi, é só essa a questão. É uma questão de tecnologias que se completem e se encaixem. Talvez nosso o computador não tenha o wi-fi ainda, não sei, precisa ver o laptop. Mas tem wi-fi disponível para todo mundo, ele é aberto. A questão dos indicadores, eu acho que consigo responder em dois minutos o que ela falou. Tem alguns indicadores que estão parados em 2015 por conta de alteração ou na forma de apuração ou na forma de apresentação dos resultados e que a gente não se sentiu seguro o suficiente para incluir porque se alterou a metodologia e a gente não foi consultado, porque a gente não elabora o indicador; a gente recebe o indicador. Isso teve... Não foi isso que você falou?

**Cons. Vivian** – Vivian, do DEPLAN. Só complementando. Aqueles indicadores de qualidade de água e qualidade do ar não são de domínio da Secretaria do Verde. Infelizmente, o Município de São Paulo não tem uma ação estruturada, por exemplo, na gestão das águas, no nível local; na gestão do ar, no nível local. A gente tem, óbvio, ótimas iniciativas como a própria questão do inventário de gases de efeito estufa. A gente tem uma ou outra iniciativa em relação, por exemplo, Córrego Limpo, proteção dos mananciais e tudo, mas o dado não é primariamente produzido dentro da Prefeitura. A gente pega esses dados, os relatórios da CETESB, compila esses dados e absorve a informação para tentar direcionar as nossas políticas de planejamento, ainda que iniciantes, mas caminhando. E, aí, por isso que a gente não trouxe porque houve uma grande diferença. A CETESB parou de publicar nos relatórios dela aquele acompanhamento por classes desde ruim até ótimo. Ela mudou o jeito de expor o dado. A gente questionou já as equipes técnicas e não veio a resposta ainda. E isso é uma coisa que fragiliza, por exemplo, a gente depender de dados secundários, depender da rotina de atualização desses dados para a gente conseguir fazer. A gente acompanha o dado, porque é o dado que está disponível para o território, ainda que a nível estadual,



é o dado que é exigido pela lei do desempenho; então, todo ano a gente é obrigada a relatar; o próprio TCM – Tribunal de Contas - e outros órgãos fiscalizadores cobram da gente, mas a gente achou que trazer duas metodologias ou dois acompanhamentos muito diferentes, para uma exposição bastante simplificada do que pode ser o sistema de indicadores dentro aqui do CADES seria um pouco temerário. Mas a gente fica à disposição também para poder fazer outras explicações; a gente pode fazer uma aproximação melhor do DEPLAN e tudo o mais.

**Oradora não identificada** - A questão do passivo ambiental não faz parte de nenhum indicador?

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Não; porque não se fazia, não tinha levantamento do que tinha de passivo.

**Oradora não identificada** - Nós vamos incluir.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Nós vamos incluir (*vozes sobrepostas*). Isso vai gerar... A gente teve de fazer o levantamento de tudo e a partir daí criar um indicador. A partir daí entender a origem do passivo, entender a origem da falha na fiscalização, ou não. Quer dizer, é um trabalho um pouco mais complexo. Por isso que tem de vir para o CADES também. Porque tem um monte de dados importantes, dados primários importantes e não tem indicador nenhum, ainda. Mas tem dado primário que a gente vai ter que acabar discutindo; até porque, esse serviço vai, eu imagino, num longo prazo, impactar até a própria política de proteção de meio ambiente. Se olhar para o que aconteceu, a gente vai entender o que vai acontecer. Pelo menos eu acho. Então, é por isso que está vindo. Não tem dado concreto ainda. Não tem um levantamento terminado. A gente tem uma indicação muito clara. Por isso é que tem de vir para cá para sair alguma coisa consistente nesse espírito de a gente ter um CADES trabalhando por alinhamento, com objetivos e pautas mais expressivas, como o Thobias falou e a Renate também. Eu só vou pedir um favor, a gente tem muita coisa na pauta ainda, tentar reduzir o máximo possível para ver se a gente encerra esse ponto. Pediu a palavra a Magali, da SMS.

**Cons. Vivian Prado** - Posso só complementar muito rapidamente? Só complementar, muito rapidamente (*riso*). Toda essa parte de passivos também vem da CETESB. Então, a gente precisa também...Não, eu sei, estou falando dos nossos mesmo, mas mesmo os



nossos são gerenciados lá. A gente precisa estar se aproximando e vai organizar. A Marília também gostaria de fazer uma colocação.

**Marília** – Rapidamente, só para esclarecer a questão do Comitê, que surgiu, o Comitê Intersecretarial, a gente tem o entendimento que a gente precisa organizar a casa. O Comitê a gente conseguiu estruturar em janeiro de 2017, ou seja, ele é super recente. O site que a gente tem é recente. A gente tem feito muita revisão. Ainda não está uma plataforma como a gente gostaria, que facilita muito o acesso à informação, só que a gente vem trabalhando para que isso aconteça. Agora, as reuniões do Comitê acontecem a cada dois meses, na última sexta feita do mês. A próxima que a gente vai ter, vai ser agora, dia 31 (*acho que é 31; tem 31 este mês? Tem, né?*), a última sexta feira, 31 de agosto e vai ser aqui nesta sala, às 14:30. Ela é aberta e a gente discute a parte técnica mesmo, todo mundo pode comparecer. Não é um Comitê fechado. É que não é deliberativo. E a gente estrutura primeiro a casa; mostra o que a gente tem feito. Discute muito o quê? Os indicadores, porque, como a Vivian colocou, isso para a gente também é bem complexo. Quando se muda a metodologia de um indicador, a gente perde uma série histórica inteira e acontece isso com bastante frequência aqui na Prefeitura. Então, o que a gente tem tentado fazer é isso: minimizar também esse impacto, porque não adianta a gente ter indicadores maravilhosos, se a gente não tem continuidade, não tem uma série histórica. Então, acho que a gente tem que trabalhar muito nisso: de consolidar os indicadores que a gente já tem e verificar isso - por que a metodologia muda tanto? Então, é isso. Obrigada.

**Cons. Magali Batista** – Magali, SMS. Só uma colocação. Só para falar que o Município de São Paulo ele realiza alguns indicadores, sim, da qualidade da água para consumo humano; e eles ficam disponíveis no site da COVISA. Nós realizamos trezentos e cinquenta amostras da qualidade da água para consumo humano, onze por Prefeituras Regionais. Trezentas e cinquenta por mês; onze, por Prefeituras Regionais: oito da qualidade da água do abastecimento público e três de soluções alternativas coletivas. E esses indicadores ficam no site da COVISA – Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Tá bom? É só isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Vamos encerrar então, essas manifestações e vamos passar para o quarto ponto da Ordem do Dia, que é a discussão e votação do Parecer Técnico nº. 07/CADES/2018, da Câmara Técnica de Obras Viárias,



Drenagem e Transporte, que analisou o Estatuto de Impacto Ambiental da Nova Ligação Viária Pirituba-Lapa, apresentado pelo Conselheiro Delson Lapa, representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte, por gentileza.

**Cons. Delson Lapa** – Bom dia a todos. Eu sou Delson Lapa e apresento a nova ligação viária Pirituba – Lapa (*é uma piada pronta, mas vamos lá – risos*). Como bom mineiro, eu preciso contar um caso para vocês. Só para quebrar... (*risos*) Eu sei que a hora já está adiantada. Numa discussão desse projeto, lá da revisão do projeto funcional, a gente estava discutindo, tinha um repórter de jornal local e, aí, a ponte Pirituba – Lapa, meu nome Delson Lapa. No outro dia, saiu no jornal, o Delson Ponte (*risos*). Ele deve ter pensado “como é que é o nome do cara? Pirituba? Lapa? Ah! Põe Ponte mesmo e vamos embora”. Isso é verdade. Bom, aqui a gente apresenta, na verdade, o parecer que foi discutido na Câmara Técnica, que é a discussão do Parecer do DECONT. Então, lá no fim, é um ritual, lá no fim da apresentação a gente coloca... São trinta e oito exigências, a gente coloca as trinta e oito exigências. Infelizmente, eu tenho que ler cada uma delas, para todos nós termos conhecimento das exigências e assim andar com o processo. Então, ele está fundamentado na análise das informações contidas no Parecer Técnico do DECONT, elaborado pelos técnicos do DECONT; vindo lá do EIA-RIMA, das audiências públicas. Nós tivemos duas audiências públicas, uma em Pirituba e outra na Lapa – além da própria discussão na Câmara Técnica. Então, o empreendimento, para a gente dar uma visão geral do empreendimento, ele é esse. É uma obra de transposição do rio, de mobilidade, traz à população, uma grande parte da população que mora do outro lado do rio, que tem como origem o centro expandido. Então, saindo da região, aqui na Raimundo Pereira de Magalhães, antiga Estrada Velha de Campinas, da região de Pirituba e trazendo para essa região da Lapa (*pode passar, por favor*). O projeto prevê a implantação do alargamento viário, com implantação de faixa de ônibus e ciclovia em toda a extensão da Av. Raimundo Pereira de Magalhães; a construção da própria ponte, composta da obra de arte especial, composta pelas duas pontes, uma em cada sentido. A implantação de uma passagem inferior, na linha férrea, execução de galeria de drenagem com a intenção de acabar ali naquela região da Raimundo aonde tem a transposição da rede ferroviária, - é um ponto de alagamento constante -, e a implantação de faixa exclusiva de ônibus no prolongamento da Rua John Harrison e adequações viárias no entorno. Eu vou falar primeiro dos benefícios, porque tem o filminho, né? Os benefícios previstos com a implantação desse



empreendimento é a melhoria do desempenho do tráfego na região, principalmente na Ponte Piqueri e Avenida Ermano Marchetti; redução de conflitos viários da Raimundo e a Ponte do Piqueri, ali aonde tem o trecho da linha da CPTM (*qual que é? 17? Qual que é a linha? enfim...*); criação de uma nova diretriz de ônibus ligando o Terminal Lapa ao Terminal Pirituba; a reorganização do sistema de transporte público – isso já conta no novo edital, e aí, só fazendo um link, no novo edital do transporte do sistema de transporte público da cidade de São Paulo -; melhorias na mobilidade dos pedestres e ciclistas - uma discussão grande com a ciclovia e calçadas -, eliminação do gargalo na passagem inferior da linha 8 da CPTM que é aquele lá na frente da Raimundo. (*aí tem o filminho, você pode por o filminho?*) Então, a gente volta lá para o Parecer. (*próximo, por favor*). Bom, aí a gente entra nessa parte que é o ritual, não temos como escapar disso. Eu sugiro... são trinta e oito exigências. Eu sugiro ler todas e a gente deixa o debate para o final. Quem tiver alguma observação, anota e no final a gente pode debater. Acho que anda melhor assim, se vocês me permitem. A primeira exigência: apresentar o projeto executivo, planta/perfil para todas as intervenções previstas na implantação do empreendimento. Nós estamos falando aqui da licença ambiental prévia. A próxima etapa é a Licença Ambiental de Instalação, a LAI. Detalhar as adequações viárias previstas para a região de entorno do Mercado da Lapa e apresentar a manifestação da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo quanto à implantação do empreendimento. A relação institucional. Apresentar a manifestação favorável da SMT, CET em relação ao projeto executivo do empreendimento, considerando todas as intervenções previstas, inclusive em relação aos melhoramentos cicloviários. Só fazendo um comentário, aqui a Secretaria Municipal de Transporte tanto com a SPTrans quanto com a CET participou ativamente desse trabalho. Apresentar as manifestações favoráveis da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, PROJ 1, 2, 3 e 4 em relação ao projeto executivo do empreendimento, considerando todas as intervenções previstas. Apresentar a manifestação favorável da Companhia de Trens Metropolitanos - CPTM - em relação ao projeto executivo do empreendimento. Apresentar e detalhar o método construtivo da passagem inferior prevista, mantendo a operação da linha 8 Diamante da CPTM. Apresentar as manifestações das Prefeituras Regionais da Lapa e Pirituba-Jaraguá referente ao empreendimento proposto. Apresentar a manifestação favorável do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, em relação ao projeto executivo do empreendimento. Apresentar a manifestação



do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada da Água Branca – OUCAB - referente à implantação do empreendimento. Apresentar a manifestação e diretrizes estabelecidas pelo CPTU tendo em vista a execução da ponte sobre o Rio Tietê. Apresentar a localização definitiva dos canteiros de obras e áreas de apoio, indicando as atividades previstas. Caso seja necessária a supressão de vegetação de porte arbóreo para a construção do canteiro de obras, apresentar o Termo de Compromisso Ambiental -TCA - firmado com DEPAVE/SVMA atendendo a Portaria 130/SVMA – 2013 (por favor). Apresentar cronograma físico, financeiro de todas as atividades/etapas do empreendimento contendo as intervenções previstas para a sua implantação, inclusive desapropriação, indicando os responsáveis por cada etapa. Apresentar um plano de ataque das obras, que deverá ser composto por um mapa contendo a localização do empreendimento, a sequência de execução das atividades e a descrição das intervenções previstas. Apresentar o cadastro atualizado das interferências existentes entre as redes de infraestrutura e intervenção pretendida. Apresentar notificação encaminhada às concessionárias/permissionárias de serviço com redes de infraestrutura que apresentem interferência com a intervenção pretendida e comprovação das respectivas tratativas. Apresentar o projeto de sinalização das vias atingidas pelo empreendimento, inclusive vias do entorno contendo a aprovação da SMT/CET, considerando os ajustes realizados no projeto executivo ao longo da implantação do empreendimento. Apresentar o projeto de microdrenagem previsto para o viário proposto, auxiliando no combate aos alagamentos provocados pelo escoamento superficial na região do empreendimento, considerando os ajustes realizados no projeto executivo. Apresentar o projeto geométrico de implantação da ciclovia para o viário proposto, de acordo com a legislação vigente e com as orientações de CET. Apresentar a manifestação do Corpo de Bombeiro em relação ao projeto da passagem inferior proposta no empreendimento. Apresentar um levantamento do estado de conservação dos imóveis lindeiros existentes que serão diretamente afetados pela implantação do empreendimento. Apresentar a outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE - para as obras e serviços que interferem no Rio Tietê e no Córrego Fortunato Ferraz, conforme determina a Portaria DAEE nº 717/96. Apresentar o valor de referência atualizado do empreendimento e o cálculo do respectivo valor da compensação ambiental por impactos não mitigáveis em atendimento a artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, acrescido do



Decreto 4.340, de 2002, e 6.848, de 2009. Sugerir as Unidades de Conservação para a destinação dos recursos advindos da compensação de acordo com a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu artigo 36, acrescidos dos Decretos 4.340, de 2002, e 6.848, de 2009. Apresentar manifestação da Superintendência de Projetos Viários - PROJ - a respeito da interferência no Córrego Fortunato Ferraz, que se encontra tamponado sob a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães quanto à demarcação da faixa não edificável necessária, considerando a Portaria conjunta SEL/SIURB/SVMA nº 1, de 2015. Apresentar o Termo de Compromisso Ambiental TCA. A SEL, desculpa, para quem não sabe, hoje é SMUL. Apresentar o Termo de Compromisso Ambiental - TCA -, firmado junto ao Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE 4 - DPAA - SVMA referente ao manejo arbóreo e intervenções em áreas de preservação permanente - APP, para a implantação das intervenções previstas nesses empreendimentos, assim como o projeto de compensação ambiental, carimbada e assinada em conformidade com a Portaria 130/SVMA-G/2013. Apresentar manifestação e diretrizes estabelecidas pelo DEPLAN/SVMA quanto a criação de parques lineares propostos. Apresentar o projeto executivo de paisagismo para as áreas resultantes das intervenções do empreendimento, pontuando as ações referentes ao cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental - TCA -, levando em consideração, dentre outros aspectos, a conformidade com a Lei nº 13.646/2003, Portaria 60/SVMA/2011, Portaria 61/SVMA/2011, e Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo. Apresentar medidas a serem adotadas, visando mitigar a perda do solo permeável na área diretamente afetada, devendo ser contempladas no Termo de Compromisso - TCA -, firmado junto ao DEPAVE 4. Apresentar a manifestação da Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo referentes à acessibilidade dos alunos da Escola Estadual do Ensino Médio Alexandre Von Humboldt, localizada na Av. Raimundo pereira de Magalhães, esquina com a Marginal Tietê. Apresentar a manifestação da Gerência do Território e Meio ambiente - GTA - da CPTM, quanto aos limites patrimoniais da ferrovia. Apresentar publicação da permissão dos estudos de acompanhamento arqueológico do Diário Oficial da União, conforme estabelece o Termo de Referência IPHAN - Processo nº 01506006376/2016-75. Apresentar a aprovação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo - CONPRES - relativo ao projeto executivo da intervenção junto ao carretão ferroviário e a proposta de fechamento do terreno conforme estabelece o Ofício nº 730/CONPRES/2018, de 25/06/2018. Apresentar a



manifestação do CONDEPHAAT, relativa ao projeto executivo, no que tange à readequação do galpão atingido parcialmente, sendo a sua execução contrapartida da municipalidade, conforme Ofício CONDEPHAAT 1410/2017, de 21/12/2017. Apresentar a manifestação da Comissão Permanente de Acessibilidades – CPA - para os projetos de acessibilidade do empreendimento, adequados às normas técnicas atuais. Apresentar o diagnóstico socioeconômico da população diretamente afetada, identificando situações de vulnerabilidade social. Trinta e seis (*não, a numeração está errada, é trinta e sete é essa*): apresentar o Plano Básico Ambiental – PBA - contendo o detalhamento de todos os programas ambientais previstos para o empreendimento (*isso é bacana*): Programa de Controle Ambiental das Obras, contendo: procedimento ambiental para controle e segurança do trabalhador; controle de área de apoio; controle de ruídos e vibrações; controle de emissões atmosféricas, proteção de recursos hídricos; controle de efluentes líquidos; controle de resíduos sólidos; controle de produtos perigosos; controle de erosão e assoreamento; procedimento de sinalização e segurança da obra; procedimento ambiental para a interrupção das obras, para monitoramento geotécnico de remanejamento e/ou enterramento nas redes de infraestrutura urbana. (*Isso tudo compoendo o Programa de Controle Ambiental das Obras*). Programa de Gerenciamento das Áreas Contaminadas, Programa de Manejo da Vegetação, Programa de Compensação Ambiental – a Lei 9.985/2000, Programas de Monitoramento de Avifauna, Programa de Afugentamento e Resgate de Avifauna, Programa de Manejo de Fauna Sinantrópica, Programa de Arborização e Ajardinamento, Programa de Plantio Compensatório – Portaria nº 130/SVMA-G/2013, Programa de Acompanhamento de Supressão da Vegetação e Destinação do Material Lenhoso, Programa de Comunicação Social, Programa de Desapropriação, Programa de Educação Ambiental. Última exigência: apresentar manifestação favorável do Grupo Técnico de Áreas Contaminadas, GETAC/ DECONT-2, relativo à execução das etapas do gerenciamento ambiental das áreas potencialmente suspeitas de contaminação e contaminadas, sob investigação ou em risco confirmado, em processo de reutilização, remediação ou monitoramento para encerramento e reabilitadas para uso declarado, tratadas através do PA nº 2018/0423241-1 e subsequentes, conforme exigências do GETAC. Toda essa discussão e a análise dos pareceres e o nosso parecer na Câmara Técnica, nós consideramos o projeto, em análise, viável, técnica e ambientalmente, desde que



atendidas as trinta e oito exigências elencadas no item 5 do Parecer Técnico 007/CADES/2018. Muito obrigado. (*palmas*)

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – Coloco em votação o Parecer Técnico nº 07/CADES/2018 da Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem e Transporte, que analisou o estudo de impacto ambiental da nova ligação viária Pirituba – Lapa. Os Conselheiros que aprovam o Parecer Técnico, permaneçam como estão.

**Cons. Sonia Hamburger** – Uma dúvida. Uma das exigências é exatamente que seja esclarecido os impactos da obra em áreas de preservação permanente que estão envolvidas na obra. Como que a gente pode aprovar sem saber os impactos?

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Essa licença não autoriza obra nenhuma. Essa licença elenca as obrigações que eles têm de cumprir para ter a licença de instalação; essa licença não dá ordem (vozes sobrepostas: Sonia – Ah - Entendi). Se eles não apresentarem tudo o que está lá pedido

**Cons. Sonia** - Vai passar por aqui de novo.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - É uma licença prévia.

**Cons. Sonia Hamburger** - Vai passar pelo CADES de novo?

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Sim...Não, pelo CADES de novo não. A gente estabelece que todos esses quesitos têm de ser cumpridos. Se eles não forem cumpridos, a Secretaria, pelo CADES, está proibida de emitir a licença de instalação. Isso é uma licença prévia. Se não se atenderem os trinta e oito requisitos, a licença de instalação, que é de início de obras, não pode ser dada. Entendeu qual que é a diferença? Você não está aprovando obra nenhuma. Você está aprovando uma licença prévia de requisitos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Tudo o que a gente está pedindo ali são critérios de desenvolvimento sustentável e implantação sustentável de uma obra viária. Ele tem que apresentar tudo aquilo. A gente aprovada que isso...A gente pode aprovar que não "olha, não precisa aprovar nada disso aí, não apresenta nada disso, para mim está bom". Ele adoraria isso, mas não é isso que a gente está fazendo. A gente está dando uma relação extensiva, até maior do que alguns últimos que eu vi, de tudo o que ele tem que apresentar para a Secretaria para ser licenciado. Entendeu o que é que está aprovando?



**Cons. Sonia Hambuerger** - Eu entendi, mas ainda tenho uma dúvida, porque eu estou pré-aprovando uma licença, considerando....

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Não (*vozes sobrepostas*)

**Cons. Sônia Hambuerger** – Eu entendi, eu entendi; só que depois que tiver todos esses relatórios não passa por aqui de novo.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Não, nunca passou.

**Cons. Sônia** - Conforme for o impacto ambiental que for apresentado...

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Pera aí, pera aí. O Conselho não substitui - isso é importantíssimo –, o Conselho não substitui a prerrogativa da Secretaria. Quem entende se está atendido ou não o critério legal é a Secretaria. Não é o Conselho. O Conselho está dando para a Secretaria o que é que a Secretaria tem de olhar: “Ó, você tem de olhar essa relação toda, se não tiver tudo isso aqui e, em conformidade com o que é previsto legalmente, você não pode dar a licença de instalação”. É isso que vocês estão falando para a Secretaria. A partir dessa ordem do CADES (*vozes sobrepostas*) a responsabilidade é da Secretaria, não é do CADES. “Vocês me deram a ordem, eu vou cumprir desse jeito”. Se eu não cumprir, tem uma ordem do CADES que eu não cumpri; o risco é meu, não é do CADES. Eu não posso trazer a outra licença para o CADES porque o CADES deu o limite daquilo que deve ser aplicado pela Secretaria. É esse o ponto.

**Cons. Thobias Furtado** – Sônia, só completando o que a Sônia..., eu simpatizo as vezes com essa dúvida dela, acho talvez para os próximos (*ininteligível*), eu participei, aprovei, mas talvez nos próximos a gente possa até a começar a pensar em “apresente e, em conformidade...” Não é nem retorne para não ter retrabalho, mas apresente, garantido a conformidade disso, disso e disso, que aí a gente se isenta dessa falta de informação, uma vez que não passa de novo. São pequenas coisas que a gente deve, quem sabe, melhorar e sugerir para o pessoal técnico que faz o relatório. Mas parece que o negócio foi bem discutido aí, eu participei, no finalzinho.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** – O Parecer Técnico nº 07/CADES/2018 da Câmara Técnica II - Obras Viárias, Drenagem e Transporte, que analisou o estudo de impacto ambiental da nova ligação viária Pirituba – Lapa está aprovado por



unanimidade. Dando seguimento ao quarto ponto da Ordem do Dia, que são as sugestões para a pauta da próxima reunião e assuntos gerais. Alguma observação? Não.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Você quer fazer o informe? Então, por favor.

**Cons. Ivo Valencio** - Ivo, Leste 1. Savoy. Não é apenas um informe, é uma angustia. Nós tivemos o ano passado aí tirado de quase duzentas árvores com mais de cinquenta anos no parque Savoy City; uma área ZEPAM. Hoje nós estamos com outro Prefeito, que é o Jamil, que chegou agora recentemente e em reunião com ele anteontem e ele está doido para que se plante novamente naquela área o que foi tirado. Uma invasão para construção. Aquele velhinho de 60 anos que está na delegacia eu nunca vi na delegacia, vi agora porque estava cortando árvore, enfim, eu queria o apoio de vocês para que a gente possa consolidar umas ações lá, porque a Secretaria tem um grupo para isso. Nós vamos encaminhar os locais através da Prefeitura de Itaquera e também o Parque Nair Belo, que está descoberto, sujeito à invasão. Infelizmente está num pulmão da Aricanduva, que quando se fala CETESB ninguém percebe com a questão do Rodoanel o que é que está acontecendo ali com as crianças e como povo que mora ao redor. É muito caminhão, é muito carro, quer dizer, o ar está plenamente contaminado e não se toma providências. É aquilo que a menina falou ali: depende da vontade deles a informação; tem informação que eles realmente não interessam dar. Obrigado. Um bom dia para nós.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Com relação ao plantio, a gente tem um contrato ativo de plantio. Conseguimos fazer o contrato e a gente pode fazer, até porque a região está na área prioritária da gestão para plantio, que é das regiões com mais baixa densidade de vegetação. É só encaminhar, pede para o Prefeito Regional encaminhar o processo. O contrato está em vigor, o Fábio aqui do DEPAVE, e a gente faz o encaminhamento.

**Cons. Ivo Valencio** – Eu queria aproveitar porque eu havia solicitado na edição passada nossa aqui do Conselho que estivesse alguém aqui da UVIS. Eu ouvi a menina falar COVISA, achei interessante, porque, se souberem o trabalho ambiental que a Vigilância de Saúde faz na cidade de São Paulo. As pessoas têm que conhecer e é importante ter alguém para relatar, assim como ela fez o relato aí, um pequeno relato sobre a questão do PH da água, da análise da água. Quer dizer, isso a gente está fazendo no CADES lá



no Aricanduva, nós estamos com o SESC apoiando um projeto desses para as crianças, que é ótimo. Mas, gostaria de insistir que aqui tem alguém da Vigilância de Saúde, hoje chamada UVIS, que eu também faço parte desse Conselho. Obrigado.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Mais alguma sugestão, comunicação?

**Cons. Marcos Moliterno** – Moliterno, Instituto de Engenharia. Aproveitar aqui a fala do colega. Você mencionou o Parque Nair Belo, é isso? (*voz ao fundo*) Eu martelo uma bigorna com dois temas aqui: um é a questão de ruído na cidade de São Paulo, que eu não vejo ser discutido – talvez não seja uma questão ambiental -, talvez não. A outra questão que eu levanto aqui é quando a Municipalidade, nós, cidadãos, vamos exigir que as homenagens a serem feitas recaiam sobre o pessoal da Educação, sobre professores. Eu canso de falar isso. Tem professores que fazem, efetivamente, a diferença. Ainda mais nas áreas mais afastadas. Não, a gente faz homenagem a Nair Belo, Hebe Camargo, Chico Anísio, que não sabe nem onde era São Paulo, enfim... Eu reitero a este Conselho que se esforce no sentido de eleger algum professor, alguma professora da rede pública, pode ser do Estado. Eu ouço aqui essas manifestações: a gente não consegue porque isso a CETESB não manda ou a Secretaria não manda. Quanto mais eu vejo isso, mais eu percebo o distanciamento, não é do legislador em Brasília ou aqui na Assembleia. Eu percebo o distanciamento do servidor público, que esquece que o seu grande cliente é o cidadão, que é quem paga a conta. Para mim não interessa se é a Secretaria de Transportes do meu amigo Lapa, se é Verde. Eu sou cidadão e quero a prestação do serviço. Eu pago meus impostos para que isso seja apresentado. Esses feudos particularizados, assim... já acabou isso, por favor. Desculpa a extensão, mas, como o Lapa me deixou um tempinho, eu aproveitei. (*risos*). Obrigado.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** – Obrigado, Moliterno, eu acho que você tem razão.

**Cons. Delson Lapa** - Posso aproveitar?

**(Rodrigo Ravena)** - Pode.

**Cons. Delson Lapa** - Delson Lapa, SMT. O servidor público, também, no momento, ele também é cidadão. Então, nós temos essa agonia lá também e lutamos muito para isso.



A gente está sempre debatendo como é que a gente pode melhorar. Mas vamos lá, nós vamos conseguir.

**Rodrigo Ravana (Chefe do Gabinete)** - Esse é o maior exemplo de que a gente está o tempo inteiro debatendo e discutindo para tentar acertar e tentar melhorar. Eu sou suspeito para caramba. Sou servidor público há trinta e nove anos e não me arrependi ainda. Estou aqui, acho que tem coisa para fazer, dá para fazer, a gente consegue tocar. E acho que são esses debates, essas aberturas que a gente tem que levar, colocar, apertar, porque, na verdade, quem decide o nome... Se não tiver alguém fazendo uma pressão, não vai; vai ficar esse nome mesmo.

**Cons. Andréa Franklin** – Andréa, SIURB. Acho que é importante colocar o avanço que foi a aprovação do Corredor Pirituba, aprovação da viabilidade ambiental, que é uma obra importante para a cidade; que a cidade já espera há um tempo e eu estou como Conselheira hoje de SIURB, mas trabalho na SP-Obras, que é quem futuramente, uma vez emitida a licença prévia, cuidará da gestão para a implantação da obra e essas questões ambientais serão acompanhadas par e passo pela área ambiental. Em relação à colocação do Conselheiro, nós temos interesse até em aproveitar essa indicação de área de plantio que você falou no parque porque temos empreendimentos na Zona Leste e alguns TCAs que a gente tem de entrar aqui oferecendo áreas de plantio. Então, eu vou pegar depois a sua fala para a gente ir à campo olhar essa área, porque nos falta área para plantio e para compensação de área permeável. Acho que a gente pode unir as duas coisas: atende ele e o TCA já sai com uma área proposta.

**Rodrigo Ravana (Chefe do Gabinete)** - É mesmo; dá para fazer isso, sem tem problema nenhum. Posso encerrar? Mais alguém quer falar? Muito obrigado pela presença, foi uma reunião produtiva. Obrigado, e até a próxima.

## **RODRIGO RAVENA**

Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e  
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

### **Conselheiros(as) presentes:**

ANGELA MARIA BRANCO  
ANGELO IERVOLINO  
ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI  
ALEXANDRE MACARONI NARDY  
ANA CAROLINA WEISS BARRILARI

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO  
MAGALI ANTONIA BATISTA  
MARCOS MOLITERNO  
MARINEIDE SANTOS SILVA  
MEIRE FONSECA DE ABREU



ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA  
DELSON SILVA LAPA  
EDUARDO STOROPOLI  
FÁBIO DE ALENCAR IÓRIO  
FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI  
GEORGE DOI  
IVO CARLOS VALENCIO  
JABS CRES MAIA SANTOS

RAUL ALEIXO FERNANDES  
RENATE SCHIMITT NOGUEIRA  
RICARDO DA SILVA BERNABE  
ROSA RAMOS  
ROSÉLIA MIKIE IKEDA  
SÔNIA HAMBURGER  
TÁCITO LUCIO TOFFOLO DOS SANTOS  
THOBIAS CORTEZ FURTADO

**Conselheiros (as) Suplentes presentes:**

BRUNA GADELHA SUYAMA / JULIO CÉSAR BESSA MONQUEIRO / MONICA MASUMI  
HOSAKA / VIVIAN PRADO FERNANDES.

**Conselheiros com justificativa de ausência:**

JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS / VIVIAN MARRANI DE AZEVEDO MARQUES / WALTER PIRES

**Coordenador Geral:** Devair Paulo de Andrade

**Secretária Executiva:** Rute Cremonini de Melo